

- 10) Descreva a dinâmica econômica das civilizações agrícolas.
- 11) Descreva o processo de formação e consolidação dos grandes Estados agrícolas.
- 12) Descreva o processo de surgimento e consolidação da propriedade feudal e das classes sociais.

Capítulo III

AS ECONOMIAS COMERCIAIS

Surgimento e evolução do comércio — Primeiras civilizações — Evolução econômica e social — Civilização grega: Atenas — Civilização helenística — Civilização romana e sua decadência — Dinâmica econômica das civilizações comerciais.

As civilizações agrícolas poderiam ter prosseguido eternamente em sua evolução cíclica de avanços e retrocessos, não fosse o fato de criarem elas mesmas as condições necessárias para o surgimento de um novo tipo de civilização, cuja riqueza não mais se fundamentaria na produção do solo, e que terminaria por sobrepujá-las: as civilizações comerciais.

Com efeito, foi o próprio desenvolvimento das civilizações agrícolas, criando sempre novas e crescentes necessidades de bens e serviços, principalmente os necessários ao atendimento da demanda suntuária de sua classe dominante, o que impulsionou as atividades comerciais, criando finalmente um novo tipo de civilização.

O significado desse novo tipo de civilização na evolução do homem é enorme. Libertando-o da estreita vinculação à terra, da dependência direta da natureza, permitirá que desenvolva suas potencialidades em extensão e profundidade nunca antes atingidas, rompendo os vínculos atávicos que a ambas o prendiam.

As forças produtivas alcançarão níveis cada vez mais elevados; o conhecimento científico separar-se-á definitivamente da magia e do misticismo; o homem, como indivíduo, salientar-se-á, rompendo os laços clânicos. A estrutura política passará a ser claramente o produto da ação humana. As manifestações intelectuais e artísticas conhecerão um florescimento até então inigualado.

As civilizações comerciais libertarão o homem.

Mas, ao mesmo tempo, criarão cadeias ainda mais fortes e odiosas que as jamais criadas pelos Estados agrícolas. As civilizações comerciais

trarão consigo a exploração aberta e direta do homem pelo homem, pois sua base de desenvolvimento será a escravidão.

Surgimento e evolução do comércio

O comércio é o trabalho humano dedicado à troca de produtos. É fruto da própria evolução das necessidades humanas, cada vez mais complexas e sofisticadas. Inicia-se com as trocas entre os povos ainda no estágio coletor. Já mencionamos que se encontraram indícios de que um sistema de trocas mais ou menos regulares ligava as comunidades primitivas da Europa Central. A necessidade de trocar os produtos de uma tribo pelos de outra surge da impossibilidade de cada uma obter, em seu território, todos os bens de que necessita para sua sobrevivência. Parece que um dos principais itens desse comércio era o sílex, mineral não metálico com o qual os povos primitivos fabricavam seus melhores instrumentos e armas.

As trocas também faziam parte da atividade econômica rotineira das comunidades agrícolas primitivas. A evolução dessas comunidades, principalmente após a introdução do uso dos metais, com o surgimento de uma classe dominante, apropriadora do excedente econômico, assim como o decorrente aparecimento das instituições políticas e religiosas, criando crescentes diferenciações nos hábitos de consumo e gerando novas e mais variadas necessidades, ampliou lentamente a parcela do mercado que não mais podia ser satisfeita pela oferta local, levando a um gradativo incremento das relações comerciais.

A institucionalização do comércio como meio de obtenção daqueles bens que não podiam ser obtidos dentro de cada economia local ou regional, levou ao desenvolvimento de rotas comerciais. Estas rotas são, no início, predominantemente terrestres, seguindo os vales ou transpondo os passos das montanhas. Mas as dificuldades das rotas terrestres, assim como o fato de muitas vezes elas cortarem ou acompanharem rios ou lagos, levou ao aperfeiçoamento da arte da navegação. Já antes do Neolítico o homem aprendera a flutuar montado em troncos roliços. Embarcações de troncos escavados ou feitas de bolsas de couro já eram comuns nas comunidades agrícolas primitivas, assim como jangadas de troncos amarrados. Com o aperfeiçoamento dos instrumentos de trabalho, a partir do emprego dos metais, passou-se a utilizar tábuas amarradas e depois pregadas; desenvolveu-se a técnica da calafetagem; aperfeiçoaram-se os remos e o leme e, finalmente, veio a utilização da força dos ventos mediante o uso das velas. Aprendendo a locomover-se sobre a água o homem começou a utilizar cada vez mais as rotas fluviais e

marítimas, estas ainda acompanhando timidamente o litoral. As civilizações agrícolas chegaram até esse estágio.

Foram as atividades comerciais que transformaram certas aldeias em cidades. Em certos casos por serem os centros de regiões cujos produtores ali se reuniam, em certas épocas fixas de cada ano, para trocarem ou venderem seus excedentes e adquirirem o que necessitavam e não podiam produzir sozinhos. Eram cidades-feiras, cuja importância variava em razão direta do tamanho e da riqueza de sua área de atração, e onde tendiam a fixar-se as mais diversas atividades artesanais. Em outros casos o desenvolvimento urbano era provocado pela localização estratégica às margens ou no cruzamento de rotas comerciais ou no ponto de transbordo entre as rotas terrestres e as marítimas.

Nessas cidades surgiram atividades econômicas totalmente ligadas ao comércio, inclusive para a fabricação de artigos manufaturados destinados à exportação. As facilidades da vida urbana atraíram para elas a maior parte das atividades oficiais e religiosas e, com isso, parcelas preponderantes da classe dominante. Estas cidades se transformaram em centros vitais dos Estados agrícolas. Foi o que ocorreu com Mênfis e Tebas, com Babilônia e Nínive, Tchang-an e Lo-yang, e com Pataliputra, e em menor grau com todas as capitais de Estados agrícolas, assim como com suas sedes regionais e cidades menores.

Mas apesar desse desenvolvimento urbano, da centralização política, administrativa e religiosa em grandes cidades onde as atividades direta ou indiretamente ligadas ao comércio eram as mais importantes, a base dessas civilizações era a agricultura. Para cada habitante das cidades tinha necessariamente de haver cerca de nove produzindo nos campos, gerando o excedente que permitia a existência das cidades com todo seu progresso. A classe dominante era a dos senhores de terra; a alocação do excedente na agricultura era que decidia a expansão futura da economia, expansão da qual dependia diretamente o próprio nível das atividades comerciais, visto serem elas função da demanda das classes dominantes, pois a maior parte dos artigos comerciais eram destinados ao consumo suntuário.

Em todos os Estados agrícolas houve o florescimento das atividades comerciais. Em certos casos a maior parte dessas atividades era realizada pelo próprio Estado, como no caso egípcio, enquanto em outros predominavam os mercadores particulares, como na Suméria. Em todos os casos, porém, tanto o Estado quanto os mercadores privados comerciaram lado a lado. Mas o que é realmente importante é que nessas civilizações as atividades comerciais foram sempre secundárias, pelo que os comerciantes, como classe, nunca tiveram condições de se impor poli-

ticamente, e seu destino esteve sempre ligado ao dinamismo próprio das civilizações agrícolas em que haviam surgido.

Em todos os casos acima descritos não podemos portanto falar em civilizações comerciais, mas apenas em atividades comerciais realizadas no bojo de civilizações agrícolas.

Mas chegaria o momento em que certas comunidades, devido à sua localização geográfica e às características peculiares de sua evolução, atingiriam tal grau de desenvolvimento em suas atividades comerciais que estas passariam a ser a principal fonte geradora de riquezas, com o que, finalmente, a classe dos comerciantes obteria a força suficiente para tomar para si o poder político.

Essas civilizações, em que a agricultura passou a ser atividade secundária, é que podem ser chamadas de comerciais. Mas algo importante deve ser dito sobre elas. Apesar de que na sua própria economia o setor comercial é o maior gerador de riquezas, essas riquezas dependiam, em última análise, das civilizações agrícolas para as quais exportavam. Ainda que o enriquecimento das civilizações comerciais viessem a criar uma crescente demanda por artigos suntuários por parte da sua própria classe dominante, o maior estímulo à atividade econômica permanecia sempre sendo a demanda externa, representada pelas civilizações agrícolas com as quais mantinham relações comerciais.

Na fase inicial de sua evolução as civilizações comerciais, ainda não caracterizadas plenamente como tal, desempenhavam basicamente o papel de intermediários. Seus navios ou caravanas compravam de um povo para vender a outro. Com o passar do tempo passariam a comprar cada vez mais produtos primários ou semimanufaturados, transformando-os em suas próprias cidades, para somente então exportar.

Primeiras civilizações comerciais

As primeiras civilizações comerciais surgiram nas costas do Mediterrâneo Oriental e sobre as rotas terrestres que ligam o Egito à Mesopotâmia. É fácil de compreender o porquê dessas regiões terem desempenhado em primeiro lugar esse papel. Coexistiam aqui, no estreito âmbito geográfico que hoje conhecemos como Oriente Médio, várias civilizações agrícolas, cuja demanda por metais e por artigos suntuários era não apenas grande como também regular, pois os ciclos de evolução dinâmica de cada uma delas não eram coincidentes com os das outras. Além disso, quer pelo Mediterrâneo Ocidental, quer pelo mar Negro, ou pelo litoral atlântico europeu, os povos do Mediterrâneo Oriental podiam entrar

facilmente em contato com dezenas de povos em estágios evolutivos inferiores, dispostos a trocar suas matérias-primas ou objetos exóticos pelos artigos manufaturados das civilizações agrícolas.

Dois centros de irradiação comercial surgirão nessa região, um nas ilhas e costas do Egeu, que separa a Europa da Ásia Menor e o outro nos vales e nas costas do Levante, Palestina e Síria, que liga a Mesopotâmia e a Anatólia ao Egito.

Egeu — Entre 2000 e 1100 a.C. desenvolveu-se nas ilhas e no litoral do mar Egeu a primeira civilização em que as atividades comerciais desempenharam papel importante. Ainda que a importância relativa do comércio na civilização egéia somente se manifeste em suas últimas fases, e ainda em que nenhum de seus Estados a classe comerciante tenha chegado ao poder político, sua evolução histórica está muito mais vinculada ao comércio do que a de qualquer das civilizações agrícolas, com as quais se parece em muitos de seus aspectos essenciais.

Os povos do Egeu devem ter ocupado suas terras através de um lento processo migratório originado na Ásia Menor, ainda no estágio da agricultura comunitária, aperfeiçoando a arte de navegar à medida que dela necessitavam para ocupar novas ilhas, ampliando sua capacidade produtiva pela adição de suas terras ao cultivo. Em torno de 2000 a.C. as comunidades minoanas já se localizavam nas ilhas, principalmente em Creta, que seria seu centro por muitos séculos.

As ilhas ofereciam segurança contra ataques terrestres de outras comunidades, mas limitavam a expansão da produção agrícola. Em função disso o aumento da população, e conseqüentemente da demanda de alimentos, levou ao crescimento do comércio entre as diversas comunidades ilhotas, e destas com as que haviam permanecido no litoral da Ásia Menor ou se haviam estabelecido nas costas do Peloponeso e da Tessália. Sendo Creta a maior das ilhas, seu desenvolvimento foi mais rápido, pois nela se organizou o primeiro Estado. A evolução egéia em Creta, conhecida também como civilização minoana, sofreu alguma influência de contatos mantidos desde cedo com os egípcios, ainda que seus principais elementos formadores sejam próprios.

O reino minoano, cuja capital era a cidade de Cnossus, transformou-se no Estado dominante da civilização egéia, submetendo a seu domínio muitas das outras ilhas e fundando entrepostos comerciais e colônias em locais tão distantes como Chipre e o sul da Itália.

A estrutura social minoana obedeceu ao padrão típico das sociedades agrícolas, sendo os senhores de terra a classe dominante. Em contrapartida à limitação local à expansão da produção, a existência de mer-

cados externos para certos produtos possibilitou a expansão do comércio para além do âmbito das comunidades egéias. Por sua vez, o incremento do comércio atraiu para essa atividade parte do excedente gerado pela agricultura, desenvolvendo-a ainda mais, e permitindo a crescente expansão do Estado minoano.

Mas o setor comercial, por mais forte que fosse, não conseguiu dar à classe dos comerciantes as condições necessárias para tomar o poder para si. Este, e portanto a decisão sobre a aplicação do excedente, continuou em mãos dos senhores de terra. A dinâmica agrícola foi o condicionante da evolução final da economia cretense, que já se encontrava em estagnação quando Cnossus foi invadida e incendiada por invasores externos em torno de 1400 a.C.

A destruição de Cnossus marcou o final do predomínio cretense mas não da civilização egéia. Durante os dois séculos seguintes o Estado surgido em torno da cidade de Micenas, no Peloponeso, e cujo desenvolvimento recente já vinha ameaçando a supremacia cretense, viveu uma fase de apogeu, em condições internas semelhantes às de Creta. Mas seu predomínio foi curto, pois caiu logo vítima dos mesmos invasores que haviam liquidado o poder minoano.

Por um curto período após a queda de Micenas a civilização egéia ainda se manterá numa cidade cujo desenvolvimento era devido à posição estratégica que ocupava, no cruzamento das rotas terrestres entre a Europa e a Ásia Menor com as rotas marítimas entre o Mediterrâneo e o mar Negro: Tróia. No século XI a.C. esta cidade também caiu frente aos mesmos invasores, pondo fim ao último Estado egeu.

Como comerciantes os egeus haviam mantido contato com todos os portos entre o mar Negro e a Cirenaica. Seus produtos foram encontrados em túmulos egípcios e em vários outros pontos da Ásia Menor, do Levante e dos Balcãs. Exportavam vinhos, azeite de oliveira, frutas e artigos de cerâmica, importando metais, obsidiana, marfim e mármore. Dedicavam-se, porém, principalmente ao papel de intermediários, comprando e revendendo os artigos produzidos nas diversas regiões com as quais mantinham contato, sendo que foi em função disso que se instalaram na ilha de Chipre, de onde extraíam cobre, transformando-se em principais fornecedores desse metal. Seus principais clientes eram as civilizações agrícolas, cabendo o primeiro lugar ao Egito, pelo menos na fase minoana, pois Tróia esteve sempre muito mais ligada aos Estados da Ásia Menor.

Fenícia — Mais ou menos à mesma época em que a civilização egéia ia sendo destruída pelas sucessivas invasões helênicas, outra civi-

lização comercial desenvolvia-se nas costas levantinas, principalmente na região hoje ocupada pelo Líbano.

Os fenícios, que se chamavam a si mesmos de canaanitas, eram um dos inúmeros povos semitas que, em ondas sucessivas, se haviam fixado nas terras situadas entre a Mesopotâmia e o Egito. Todos esses povos haviam sido pastores e haviam chegado a esta região vindos das estepes próximas às civilizações mesopotâmicas. Ao chegarem, passaram gradativamente para a vida sedentária. Entre esses povos destacaram-se, além dos fenícios, os arameus e os hebreus. Um outro povo da região, os filisteus, era de origem egéia.

As condições naturais para o desenvolvimento agrícola eram bem inferiores às dos grandes vales. A região é seca e acidentada, com grandes cadeias de montanhas. As terras aráveis limitam-se a uns poucos vales fluviais, entre os quais os do Jordão, Orontes e Leontes, e a alguns planaltos regados pelas chuvas do Mediterrâneo, na Galiléia e no Líbano. Essas desvantagens eram mais do que compensadas pela posição estratégica da região, atravessada pelas únicas rotas comerciais existentes entre as duas grandes civilizações da época.

O desenvolvimento comercial foi inicialmente maior entre os Estados semitas do interior, por onde passavam as rotas de caravanas. Tal se deu com o Estado arameu cuja sede era Damasco e cujos mercadores enviavam suas próprias caravanas ao Egito, à Mesopotâmia e à Anatólia. Em grau menor, o mesmo iria acontecer mais tarde com o Estado hebreu sediado em Jerusalém.

Os fenícios viviam inicialmente em pequenas comunidades agrícolas nas estreitas planícies costeiras do Líbano. As dificuldades de expansão agrícola levaram-nos às atividades comerciais, primeiro com a exportação de lã das ovelhas que criavam nos prados dos montes Líbano e da madeira de cedro extraída dos bosques dos mesmos montes. Como todo povo costeiro, eram pescadores, utilizando-se de suas riquezas florestais para a construção de navios. Com o desenvolvimento de seu setor comercial passaram a manufaturar tecidos, que tingiam de púrpura com a tinta obtida de uma espécie de molusco que vivia nas rochas de seu litoral. Seus contatos comerciais com as civilizações agrícolas mais avançadas permitiu-lhes incorporar novas tecnologias, passando a diversificar suas atividades manufatureiras destinadas à exportação. Importavam ferro e cobre, principalmente de Chipre, destacando-se também na metalurgia da prata e do ouro, exportando artigos de metal, tecidos e manufaturas de tecidos e artigos de vidro.

O primeiro Estado fenício foi Gebal, conhecido hoje pelo nome grego de Biblos. Como todos os outros Estados fenícios girava em torno

de uma cidade portuária, que lhe dava o nome. Seu desenvolvimento se dá a partir do século XVI a.C. Dessa época, e até o século XIII a.C., a Fenícia permanece dentro da área de influência egípcia, chegando mesmo, em algumas vezes, a ser anexada ao Novo Império.

A influência política egípcia nem sempre foi aceita pacificamente, nem pelos fenícios nem pelos outros povos da região, porém somente se extinguiu após a decadência que se seguiu à vigésima dinastia. O período seguinte, até o século IX a.C., caracteriza-se pela total independência dos Estados fenícios, entre os quais se destacavam, além de Gebal, Sidon, agora o mais importante, Tiro, Aradus e Simyra.

Pouco a pouco Tiro, fundada inicialmente como colônia de Sidon em uma pequena ilha próxima ao continente, passa ao primeiro lugar em riqueza e poderio, elevando a civilização fenícia a seus níveis mais elevados. Esse apogeu é alcançado a partir do século IX, e mantido nos séculos seguintes, apesar da região cair sucessivamente sob a influência e a dominação política de assírios, caldeus e persas.

As freqüentes guerras entre os fenícios e os diversos conquistadores, somadas à concorrência grega, levam finalmente a uma lenta decadência, período no qual Sidon volta a predominar, até que, com a conquista romana, a civilização fenícia perde seus característicos próprios.

Um dos aspectos mais interessantes da evolução fenícia é o que diz respeito à sua organização política. Na fase inicial mantém-se a forma monárquica, ainda que, gradativamente, a nobreza passe a ser composta pelas famílias dos grandes comerciantes em lugar dos senhores de terra, cuja importância reduz-se até o quase completo desaparecimento. Os comerciantes, muitos dos quais surgidos do seio das famílias da classe dominante anterior, vão ocupando, também, os principais cargos administrativos e religiosos. No início da fase monárquica os Estados fenícios ainda conservam um conselho de anciães, remanescente da fase comunitária, o que atesta a rapidez relativa do desenvolvimento de suas superestruturas em relação às das grandes civilizações agrícolas.

No século VI a.C. o mais rico e poderoso dos Estados fenícios, Tiro, substitui a forma monárquica pela republicana, sendo a figura do rei substituída pela de dois magistrados aparentemente eleitos por seis anos. É o primeiro aparecimento de um processo político que se repetirá em todas as civilizações comerciais.

Modificação igualmente radical se dá quanto às relações de produção. O trabalho servil, característico das civilizações agrícolas, foi substituído pelo escravo, sendo a mão-de-obra importada das regiões com as quais os fenícios comerciavam, ou obtida pela captura de prisioneiros nas guerras.

O comércio fenício se faz inicialmente por meio de rotas terrestres, cortando os montes Líbano e Anti-Líbano até as grandes rotas que ligavam o Egito à Mesopotâmia, ou de rotas marítimas que, acompanhando o litoral, iam até o Egito ou às costas meridionais da Ásia Menor.

As inovações introduzidas na construção naval, obtendo-se navios adequados ao alto-mar, utilizando remos e vela, aqueles ainda necessários porque não se dominara a arte de bordejar, isto é, navegar contra o vento, permitiram que os fenícios fossem pouco a pouco substituindo seus concorrentes, principalmente egeus, no comércio do Mediterrâneo Oriental e do mar Negro. Após 1000 a.C., e até o século VI a.C. as embarcações dos comerciantes fenícios foram descobrindo e consolidando as rotas marítimas do Mediterrâneo Ocidental, da costa atlântica da África do Norte, chegando até as ilhas Canárias, e seguindo o litoral europeu até as costas da Grã-Bretanha.

Ao longo dessas rotas, nos portos estratégicos para a penetração no interior, os fenícios, principalmente na fase de predominância de Tiro, fundaram diversos entrepostos e colônias, entre as quais Útica, Cartago e Trípoli, no norte da África, e Gades, na Espanha.

As exportações fenícias na fase de grande expansão compunham-se principalmente de manufaturas, destacando-se os tecidos tingidos, artigos de metal e madeira, vidro, artigos cerâmicos e de marfim. As importações incluíam metais, destacando-se cobre, ferro, estanho e prata, e escravos. O maior mercado foi sempre o Egito, ainda que os produtos fenícios, ou por eles trazidos, fossem importados por todos os povos da bacia do Mediterrâneo e civilizações próximas.

Evolução econômica e social das civilizações comerciais

Antes de entrarmos na análise das civilizações comerciais mais importantes devemos verificar algumas das características essenciais desse tipo de civilização, comuns a todas elas.

O escravagismo — Em primeiro lugar as relações de produção, isto é, a forma pela qual os homens se relacionam entre si no processo produtivo.

Vimos como, desde o surgimento da agricultura, as relações comunitárias foram sendo gradativamente substituídas por relações clânicas, dando finalmente lugar a relações servis. Com isso surgiram os senhores, que dominavam e se apropriavam do excedente econômico, e os sérvos, que trabalhavam e geravam o excedente.

Quando dissemos que as relações servis eram as dominantes nas civilizações agrícolas, não quisemos negar a existência simultânea de outras formas. Em todas as civilizações agrícolas, principalmente à medida que nelas se desenvolveu o comércio e a vida urbana, existiram homens livres que não eram senhores de terra e trabalhadores escravos e assalariados, assim como outras formas estranhas e típicas de relacionamento. O importante é que nessas civilizações a base da atividade econômica era a agricultura, e nesta trabalhavam servos, e a classe dominante era a dos senhores de terra.

Nas civilizações comerciais as relações servis são substituídas pelas escravagistas. O papel dos senhores passa a ser exercido pelos proprietários e o dos servos pelos escravos. O fato de outros tipos de relações continuarem a existir não altera o caráter dominante das relações escravagistas.

Cabe-nos verificar agora o porquê das civilizações comerciais serem baseadas no trabalho escravo. A maneira mais fácil de abordar o problema é partir do fato de que, quando as atividades comerciais começam a aparecer em um determinado povo ou região, quer ele esteja no estágio das relações comunitárias ou no das clânicas ou servis, não há um excedente de mão-de-obra não ocupada capaz de atender à crescente demanda do setor comercial nascente.

Ainda que se possa imaginar que em certos casos um senhor de terras possa alugar seus servos a um comerciante ou outro acerto desse tipo, essa solução era de um modo geral impossível. Em primeiro lugar, as relações servis não prendiam o servo ao senhor, mas ambos à terra. O servo podia ser explorado ao máximo na terra a que pertencia, mas não podia ser obrigado a trabalhar fora dela, a não ser em casos previstos pelos costumes ou na legislação, e entre estes, cuja origem era antiga, o comércio não se incluía. Quando o servo não podia pagar as dívidas que contraía com seu senhor costumava-se condená-lo a trabalhar para ele sem qualquer remuneração; muitos escravos surgiram em decorrência desse costume, na medida em que, nesses casos, o senhor podia vender o servo para ressarcir-se do prejuízo.

O comerciante, por sua vez, não tinha servos, pois somente os senhores os tinham. Podia comprar servos presos por dívidas, mas, à medida que suas atividades cresciam, a oferta desse tipo de mão-de-obra se revelava escassa para assegurar-lhe as quantidades necessárias.

E por que não empregava mão-de-obra livre? Em primeiro lugar porque não havia oferta suficiente. Em segundo lugar, porque a oferta de escravos era abundante. Esta última afirmação, aparentemente in-

coerente, deixa de sê-lo quando nos lembramos que cada economia comercial incipiente se relacionava com outras, de onde podia comprar escravos, que por sua vez haviam sido transformados nisso em decorrência das inúmeras guerras e lutas internas comuns e freqüentes ao longo de toda a Antigüidade.

Em resumo, uma economia a baixos níveis de produtividade, tal como as economias agrícolas em todos os seus estágios, não podia desviar parcela ponderável de sua mão-de-obra para uma atividade produtiva que se destinava a atender a demanda de outras economias. Em decorrência disso a única maneira de obter mão-de-obra para essa atividade era por meio de sua importação, e a única forma de importar mão-de-obra em quantidade era a compra de escravos.

Se os servos de um Estado qualquer fossem transferidos do setor agrícola para o comercial, esse Estado teria de importar os alimentos necessários ao consumo de sua população, o que na época era impossível, pois não havia oferta desses produtos, visto que cada Estado produzia os alimentos que consumia, e não podia produzir mais do que isso em função da baixa produtividade de sua mão-de-obra agrícola.

Logo, a escravidão foi a única forma possível, ao nível de evolução das forças produtivas da época, de se obter a mão-de-obra necessária à produção para o mercado.

O que também é importante é compreender-se que entre a condição de servo e a de escravo há diferenças radicais. Já vimos que o primeiro não pertence ao senhor, mas à terra. Em cada uma das civilizações agrícolas existiram normas rígidas, algumas codificadas, outras baseadas apenas nos costumes, que estabeleciam os direitos e obrigações de servos e senhores. Os servos eram considerados como seres humanos, membros da comunidade, e como tal merecedores de consideração, por mais ínfima que fosse, e por maior que pudesse tornar-se sua exploração e opressão.

Já o escravo não era legalmente considerado como ser humano, e sim como mercadoria, que era comprada e vendida como qualquer outra. Ele não tinha um senhor mas um proprietário, que podia fazer-lhe ou ordenar-lhe o que bem lhe aprouvesse. Podia ser separado de sua família ou passar a vida inteira amarrado a um remo. O único limite à opressão do escravo era dado pelo interesse do proprietário em maximizar o aproveitamento de seu trabalho.

O escravagismo seria a marca característica das civilizações comerciais e, como veremos, a principal razão de seu declínio. Mas esse aspecto negativo não nos deve impedir de compreender o grande avanço que foi para a humanidade esse novo tipo de civilização. Devemos

lembrar-nos que foi exatamente o trabalho escravo que permitiu a produção em escala de mercado, o que tornou possível todo o florescimento intelectual que coroa as civilizações comerciais.

O alfabeto — A primeira das grandes contribuições à evolução da humanidade, decorrente da passagem do comércio para o primeiro plano como setor dinâmico da economia, foi a criação do alfabeto. Já vimos em que linhas deu-se o desenvolvimento da escrita nas civilizações agrícolas, transformando-se num conhecimento que, pelas dificuldades de aprendizado, era um privilégio de um pequeno número de pessoas associadas ou pertencentes à classe dos senhores.

À medida que as atividades comerciais se desenvolviam, as características próprias da escrita ideográfica transformavam-na em crescente estorvo a esse desenvolvimento. Nas civilizações agrícolas, onde o comércio permanecia como atividade secundária, a única solução foi adaptar-se às condições desfavoráveis dominantes. Nas civilizações em que o comércio desempenha papel preponderante desde cedo, onde, portanto, não chega a consolidar-se uma escrita ideográfica, esta começa a sofrer sucessivas simplificações, dando finalmente lugar à escrita *fonética*, onde os sinais não mais representam idéias, mas sons.

O comércio exige não apenas um número maior de comunicações escritas do que as atividades agrícolas, como exige também que um grande número de pessoas possa ler e escrever para poder exercer sua atividade. A escrita deixa de ser um privilégio reservado aos que não participam diretamente do processo produtivo e passa a ser um instrumento de trabalho. Com a escrita fonética, tornando o aprendizado rápido e acessível, passa a ser possível a utilização generalizada da escrita como instrumento do comércio, permitindo a este um maior desenvolvimento.

Os gregos atribuíam aos fenícios a introdução do alfabeto, possivelmente por terem sido comerciantes dessa origem os que pela primeira vez os puseram em contato com uma escrita fonética evoluída. O alfabeto fenício foi, na realidade, um aperfeiçoamento de escrita fonética dos arameus, que a utilizavam em suas transações comerciais alguns séculos antes do desenvolvimento de seus vizinhos. A escrita egípcia, contemporânea à aramaica, e cuja decifração deu-se somente há duas décadas, apesar de ser basicamente ideográfica, apresenta sinais de uma crescente fonetização.

O grande papel desempenhado pelos comerciantes fenícios foi o de divulgadores do alfabeto por toda a bacia do Mediterrâneo, permitindo aos povos que futuramente se desenvolveriam na região partir de uma escrita fonética já estruturada.

A moeda — Uma outra contribuição decorrente do desenvolvimento das civilizações comerciais é a cunhagem de moedas. Desde que as trocas ganharam importância, ainda no bojo das comunidades agrícolas, certos artigos foram utilizados como dinheiro, ainda que essa utilização fosse inicialmente esporádica e que, mesmo no apogeu das civilizações agrícolas, a maior parte da população nunca tivesse necessidade de recorrer a ela.

Na fase inicial, certos produtos, cuja posse era símbolo de riqueza, serviam de padrão, enquanto outros, mais comuns, eram utilizados como dinheiro. No apogeu das principais civilizações agrícolas os padrões já eram metálicos, principalmente ouro ou prata, e seu valor era sujeito a regulamentação e fiscalização oficiais, mas nas trocas ainda se utilizavam artigos diversos. A única civilização agrícola que chegou à cunhagem de moedas em decorrência de sua própria evolução comercial interna foi a chinesa, onde elas aparecem, com o formato dos artigos mais utilizados como tal, no período dos Reinos Combatentes, ao final da dinastia Tchou.

Entre as civilizações comerciais, as primeiras moedas de que se tem conhecimento provêm da Lídia, um pequeno Estado da costa egípcia da Ásia Menor, que partindo de uma base agrícola primitiva alcança curto apogeu entre os séculos VIII e VI a.C., graças a seu desenvolvimento comercial baseado na exportação de metais. Sua capital era a cidade de Sardis e um de seus reis, Cresos, ganhou fama por sua legendária riqueza. As moedas lídias mais antigas datam no século VIII a.C., e eram feitas de eletro, uma liga natural de ouro e prata.

No século seguinte, os Estados comerciais gregos passaram a cunhar moedas de prata, cabendo a primazia à ilha de Égina, perto de Atenas, e logo a cunhagem de moedas começa a tornar-se cada vez mais freqüente em toda a bacia do Mediterrâneo.

Organização republicana — Outra modificação radical trazida pelas civilizações comerciais é a referente à organização do Estado. Vimos como nas civilizações agrícolas o Estado se organiza sob a forma monárquica, geralmente vinculada à religião, e como esse desenvolvimento nada mais é do que a decorrência natural de sua própria origem, partindo da organização clânica. Vimos também como esse Estado representa a classe dos senhores de terra, junto à qual, e em função da qual, deu-se seu aparecimento.

Nesse Estado a classe dos senhores de terra dominava sozinha, isto é, sem sofrer ameaça ou ter que compartilhar o poder com outra classe proprietária. Como todo o poder estava em suas mãos, e somente nelas, dispensou desde cedo qualquer participação popular, extinguindo os con-

selhos, assembléias e cargos eletivos que haviam caracterizado a fase anterior, qual seja, a das comunidades agrícolas primitivas.

Isso não quer dizer que não houvessem conflitos nessa sociedade assim organizada. Mas eram conflitos *dentro* da mesma classe em cada povo, ou entre classes *iguais* de povos diferentes.

Nos grandes Estados agrícolas o desenvolvimento do comércio não traz alteração substancial ao quadro acima exposto. A força política dos comerciantes como classe nunca chega a ameaçar o monopólio do poder exercido pelos senhores de terra.

Nos pequenos Estados agrícolas em fase de formação, onde a estrutura de poder dos senhores ainda não está consolidada, em função do próprio atraso econômico, a situação será bem diferente. O desenvolvimento das atividades comerciais dá à classe dos comerciantes força crescente, com o que pode passar a exigir do Estado a defesa de seus interesses. Nesse momento os antagonismos entre ambas as classes proprietárias começam a manifestar-se com clareza, levando a sucessivas lutas políticas, e os comerciantes ganham o poder, primeiro associados aos senhores de terra, e finalmente sozinhos.

A tomada do poder pela classe dos comerciantes traz consigo modificações profundas na forma de organização do Estado. A atividade comercial, por suas próprias características, é infinitamente mais dinâmica do que a agricultura feudal, e pressupõe constantes choques de interesses entre indivíduos e grupos da classe proprietária. Esses conflitos, que precisam ser resolvidos pacificamente, exigem um sistema de governo que permita a constante adequação das autoridades à igualmente constante modificação na correlação de forças entre os diversos indivíduos e grupos. É óbvio que uma monarquia absoluta, do tipo característico às civilizações agrícolas, não atende a essa exigência. Por outro lado, a hereditariedade do poder, perfeitamente ajustada a uma estrutura onde o esforço individual é fator secundário na dinâmica social, não é compatível com as condições imperantes nas atividades comerciais, onde a conquista e a manutenção da riqueza e do poder dependem primariamente da ação individual.

Por todos esses motivos a subida da classe dos comerciantes ao poder político traz consigo a substituição das monarquias por formas republicanas de governo. Como isso nunca ocorreu em Estados agrícolas avançados, mas apenas naqueles que ainda trilhavam os caminhos iniciais de sua evolução, as formas democráticas da fase comunitária ainda estavam bem frescas na memória da sociedade, sendo muitas vezes utilizadas pelos comerciantes em sua política contra os senhores de terra. Essas, portanto, as formas adotadas quando da reorganização do Estado.

Havia, é claro, uma diferença essencial. Na organização política das comunidades primitivas todos participavam em absoluta igualdade. Agora a base da economia é constituída por escravos, e estes, obviamente, não têm participação alguma.

A civilização grega

A partir de 2000 a.C. sucessivas ondas de povos indo-europeus avançam rumo ao sul, através dos Balcãs, à procura de novas terras. A primeira dessas ondas, a dos aqueus ou eólios, estabeleceu-se inicialmente nas planícies próximas ao monte Olimpo, no norte da Grécia. À medida que esse povo, em conjunto com os jônicos, cuja chegada é um pouco posterior, foi avançando lentamente para o sul, entrou em contato com a civilização egéia. Apesar dos conflitos iniciais, sempre presentes nesse tipo de invasão, os recém-chegados, cujo estágio de evolução era bem mais atrasado, terminaram por absorver a cultura egéia, organizando-se de acordo com os moldes nela predominantes. Esses eram os primeiros povos gregos.

À medida que novas ondas chegavam, novos conflitos surgiam, levando à destruição de Cnossus e à ocupação de Creta. A época em que Micenas tornou-se o centro da civilização egéia, alguns dos Estados gregos, organizados em torno de pequenas cidades, e por isso conhecidos como Cidades-Estado, já participavam da atividade comercial que florescia no Mediterrâneo Oriental, destacando-se entre eles os de Tirinto, Argos e Atenas. São rivalidades comerciais que levam as Cidades-Estado gregas a conquistar Micenas e, posteriormente, a disputar com Tróia o domínio do Egeu, até conseguirem conquistá-la e destruí-la, no século XI a.C.

Mais ou menos a essa época uma última onda de invasores chega à Grécia — os dórios. Ainda em estágio evolutivo inferior, sua chegada acelera o processo de decadência que já se fazia sentir na atividade econômica da região do Egeu.

Esta fase de decadência é caracterizada por grandes migrações internas, provocadas pelas sucessivas lutas entre os dórios e os outros povos gregos. Estas migrações levam à ocupação pelos jônios e eólios de partes da Ásia Menor, enquanto os dórios se concentram no sul do Peloponeso e em Creta.

Mas o período de decadência tem pouca duração. Com a fixação dos dórios cessam as migrações e o processo evolutivo retoma sua marcha.

Para que se obtenha um quadro mais exato das condições em que a civilização grega vai avançar rumo ao apogeu é preciso fazer algumas

observações iniciais. O norte e o noroeste da Grécia atual, Macedônia e Épiro, estavam ainda fora do âmbito geográfico grego. Certas regiões, mal localizadas em relação às rotas comerciais, permanecerão sempre basicamente agrícolas. É o caso da Tessália, a planície mais fértil e de maior extensão de toda a Grécia, que evoluirá até uma forte estrutura feudal, somente não chegando a consolidar-se como Estado agrícola por estar localizada na principal rota terrestre de invasão e por viver em conflitos constantes com seus vizinhos macedônios. É também o caso da Arcádia, no centro do Peloponeso, que pelo seu isolamento, a pobreza de seu solo e as dificuldades apresentadas por sua topografia, permanecerá praticamente no estágio das comunidades primitivas.

A evolução será mais rápida nas Cidades-Estado melhor localizadas em relação às rotas comerciais, muitas das quais haviam mantido contatos constantes com os outros povos do Mediterrâneo Oriental, mesmo durante o período de decadência posterior à invasão dórica.

Entre essas cidades, aquelas que maior influência terão na história grega serão Éfeso e Mileto, no litoral da Ásia Menor, próximas à foz do rio Meandro; Thera, nas ilhas Cícladas; Calcis e Erétria, na ilha de Eubéia; Corinto e Mégara, situadas nas entradas opostas do istmo de Corinto, que liga o Peloponeso ao continente; Égina, Argos e, sobretudo, Atenas.

A partir do século IX a.C. os navios dos comerciantes dessas cidades voltam a singrar, com frequência crescente, as rotas marítimas da região. Nesta fase os gregos concorrem com os fenícios, então em seu apogeu. Pouco a pouco o enfraquecimento destes, principalmente em decorrência das guerras com os assírios, leva ao predomínio daqueles. As rotas gregas se estendem, levando à fundação de colônias, ou seja, entrepostos localizados em portos estratégicos, segundo o modelo fenício.

As primeiras colônias são fundadas por Mileto nas costas meridionais do mar Negro. Logo as outras cidades seguem o mesmo caminho e, em três séculos, centenas de estabelecimentos coloniais são fundados por todo o Mediterrâneo. Entre as mais importantes destacam-se Massília, nas proximidades da foz do Ródano; Cirene, na costa da Líbia; Siracusa e Messina, na Sicília; Taras, no sul da Itália, região em que tantas outras foram fundadas que ficou conhecida como Magna Grécia, e Bizâncio, sobre o Bósforo.

Além de servirem como entrepostos comerciais, as colônias gregas recebiam grande número de imigrantes, aliviando a pressão demográfica dos Estados que as haviam fundado. Em pouco tempo tornavam-se Cidades-Estado independentes, ainda que mantendo fortes laços com o povo que lhes dera origem. Algumas delas chegaram a desempenhar importantes papéis como potências comerciais, como Siracusa.

As necessidades do comércio pressionaram a evolução das forças produtivas. Navios cada vez maiores foram sendo construídos. Os mercantes chegam a quase sessenta metros de comprimento, sendo barcos bojudos e lentos, movidos por uma grande vela quadrangular. Igualmente importantes são as galeras, navios de guerra, armados com esporões metálicos à proa, e que contavam não apenas com a força do vento mas também com remadores. No século VIII a.C. as maiores galeras tinham cinquenta remos, em um único andar, cada um com um remador. Nos séculos seguintes os remos são aumentados, exigindo maior número de remadores, e são dispostos em dois andares, as birremes, e depois em três, as trirremes, que representarão o apogeu da construção naval grega.

Paralelamente a esse desenvolvimento, que exigiu o aperfeiçoamento de instrumentos de trabalho e a utilização de novos materiais, desenvolvem-se também os equipamentos e máquinas necessários à movimentação de cargas nos portos. Uma demonstração da evolução tecnológica da época é a construção, em Corinto, de um deslizador que permitia aos navios atravessar a seco os sete quilômetros do istmo, entre os golfos Sarônico e de Corinto, poupando-lhes a demorada volta em torno do Peloponeso.

Por outro lado, a introdução da moeda, iniciada, entre os gregos, por Égina, e logo difundida pelos outros Estados, permitiu o desenvolvimento dos instrumentos de comércio, iniciando-se a cobrança de juros e as operações de crédito, com o que logo aparecem atividades bancárias e documentos comerciais aperfeiçoados.

Toda essa expansão das forças produtivas logo repercutiu na estrutura social e política das Cidades-Estado em que o comércio mais se desenvolvia.

Para que se entenda a evolução política grega é preciso lembrar que, ao iniciar-se a expansão comercial, as diversas Cidades-Estado encontravam-se ainda em diversos estágios da passagem da propriedade clânica para a feudal. Nos Estados dóricos, dos quais Esparta, na Lacônia, ao sul do Peloponeso, é o mais conhecido, o feudalismo fora estabelecido pela conquista, sendo a terra dividida entre os clãs invasores, e os povos conquistados transformados em seus servos. Esparta consolidar-se-á como monarquia, porém com dois reis de igual poder, e com vários organismos eletivos, cujos membros eram escolhidos por todos os cidadãos livres, que eram os pertencentes às famílias dóricas, transformadas em senhores de terra. As Cidades-Estado dóricas de Corinto e Mégara terão inicialmente organização semelhante, mas o desenvolvimento de seu comércio provocará mudanças radicais.

Nos Estados jônicos, dos quais Atenas é o mais conhecido, como não houvera conquista, todo o povo era formado de homens livres, ainda que fortemente vinculados a uma poderosa estrutura clânica, cujas cabeças já detinham o poder. Estava-se aqui a um passo do feudalismo e das relações servis, mas não se havia ainda chegado a elas.

O crescente enriquecimento dos comerciantes fará com que exijam maior participação no poder, levando a conflitos internos que levarão finalmente à derrubada das estruturas clânicas ou feudais nas Cidades-Estado mais desenvolvidas. O primeiro rompimento dá-se em Corinto, no século VII a.C., época em que essa Cidade-Estado ocupava o primeiro lugar em termos de atividade comercial. Os comerciantes pertencentes aos clãs dóricos dominantes, chefiados por Cipselo, derrubam os chefes hereditários, que formavam o que os gregos chamavam de *aristocracia*. Cipselo assume o poder absoluto, abole ou reduz a importância das funções eletivas, e governa no interesse dos comerciantes e dos senhores de terra a eles vinculados. Será o primeiro governante a que os gregos chamarão de *tirano*, palavra cujo sentido não era o que tem hoje, mas apenas o de governante não-tradicional. Movimentos semelhantes ocorrerão em quase todas as outras Cidades-Estado comerciais. x

Atenas

De todas as Cidades-Estado gregas nenhuma alcançou o grau de desenvolvimento atingido por Atenas no século V a.C. Aqui deu-se o apogeu da civilização grega. Quase tudo o que hoje associamos à Grécia clássica originou-se em Atenas ou sob sua influência. Ao analisarmos mais pormenorizadamente a experiência ateniense estaremos simultaneamente mostrando o modelo que todas as outras Cidades-Estado acompanharam, ainda que em nenhuma outra tivesse chegado a estágio tão avançado.

Origem — Atenas foi, a princípio, uma das diversas pequenas comunidades fundadas pelos jônios quando ocuparam a Ática em torno do século XVII a.C. Após um curto período de prosperidade, seguido do caos trazido pelas invasões dóricas, a cidade inicia sua expansão. Em torno de 800 a.C. toda a Ática estava unida sob o domínio ateniense. As limitações naturais à expansão agrícola, aliadas à sua excelente localização em relação às rotas comerciais entre o norte da Grécia e o Peloponeso, e entre o Egeu e o Golfo de Corinto, fizeram com que, já no século VII a.C., as atividades comerciais predominassem.

As montanhas que circundam a planície ática eram ricas em chumbo, prata, mármore branco e argila, e a exploração desses recursos naturais

e sua transformação em artigos de consumo passaram a ser a principal atividade ligada à exportação. O porto do Pireu, situado a pouca distância da cidade, transformou-se num dos maiores de toda a Grécia. Os comerciantes atenienses lançaram suas embarcações pelas rotas do Egeu, do mar Negro e do Mediterrâneo, concorrendo com os das outras Cidades-Estado. Atenas transformou-se no entreposto comercial de toda a Grécia Central.

O comércio grego baseava-se, tal como o das outras civilizações comerciais, na importação de matérias-primas e exportação de artigos manufaturados, principalmente vasos, cerâmicas, tecidos, roupas, armas, ornamentos e jóias. As Cidades-Estado gregas exportavam azeite de oliveira, azeitonas, vinhos, figos, linho, mel, cera e mármore, produzidos em seus próprios territórios. As importações e a intermediação incluíam uma variedade muito maior de artigos, entre os quais cereais da Criméia e do Cáucaso, couros e peles das costas setentrionais do mar Negro, betume do Cáucaso, madeiras diversas dos Balcãs, ferro da Espanha, cobre de Chipre e da Espanha, enxofre da Sicília, tâmaras da Cirenaica; ouro, bronze, tapetes, carros, armas e jóias da Ásia Menor.

Ao longo do século VII a.C., parcelas cada vez maiores desse comércio foram passando para mãos atenienses. Sua produção própria de prata permitiu-lhe uma invejável posição financeira, o que muito auxiliou seu desenvolvimento, principalmente à medida que as instituições comerciais se consolidaram.

Evolução política — Até o século VIII a.C. os senhores de terra mantinham o poder político. A crescente demanda por produtos agrícolas para o consumo urbano e a exportação havia enriquecido alguns deles, enquanto outros participavam ativamente no comércio e na mineração. A aparição de alguns tiranos no século VII a.C. levava a uma aliança entre os mais ricos dentre os senhores de terra e os comerciantes, dando origem ao que os gregos chamavam de *oligarquia*. Contra esse poder ergue-se a oposição do restante da classe comerciante, a população livre da cidade e os lavradores, que não haviam sido transformados em servos, mas que, presos por laços clânicos aos senhores, eram por estes explorados, podendo ser escravizados pelo não-pagamento de dívidas.

Ao final do século VII a.C. a oligarquia é obrigada a ceder um pouco. Por intermédio de dois legisladores, Drácon, em 621 a.C., depois Sólon, em 594 a.C., os códigos existentes são unificados e a magistratura é retirada das mãos dos senhores, passando a cargos eletivos. Diversas reformas, principalmente devidas a Sólon, impedem a escravização dos lavradores, asseguram direitos aos artífices, estendem o direito de voto e de participação em assembleia, e rompem os liames que prendiam a organização administrativa à estrutura clânica.

Ao iniciar-se o século VI a.C. existiam dois partidos ou agrupamentos políticos em Atenas, a Planície, que representava os senhores de terra, e o Litoral, que representava os comerciantes. Nas décadas seguintes surge um novo movimento, a Montanha, formado por lavradores livres, artesãos, pastores e mineiros. Em 560 a.C. seu líder Psístrato, toma o poder pela força, iniciando um processo de democratização da estrutura política ateniense. As reformas de Psístrato, e de seus filhos Hiparco e Hípias, que o sucedem, tentam conciliar os interesses da classe dos comerciantes com os da população trabalhadora livre. As terras dos senhores são expropriadas, dando lugar a uma poderosa classe de lavradores independentes. Atenas transforma-se em refúgio de intelectuais e artistas de outras Cidades-Estado, ao mesmo tempo em que assegura igualdade aos não-atenienses.

Em 510 a.C. Hípias é deposto, após um período de violenta agitação, ao tentar cobrar impostos diretos, o que levou à união dos comerciantes com os remanescentes dos senhores de terra. Para derrubá-lo seus inimigos obtêm apoio militar de outros Estados gregos, principalmente Esparta, preocupados com a concorrência comercial ateniense e com o contágio de seu exemplo de evolução política.

Mas a vitória da oligarquia é de curta duração. Os senhores de terra não se entendem entre si, em função das rivalidades clânicas, nem com a classe dos comerciantes. Após uns poucos anos estoura nova revolta popular, desta vez com o apoio dos comerciantes, e Clístenes assume o poder, consolidando definitivamente a democracia ateniense e esfacelando para sempre a estrutura clânica.

A ameaça persa — Enquanto esse processo político interno se desenvolvia em Atenas os acontecimentos mundiais preparavam uma grave ameaça ao futuro grego. Os persas, que depois conquistarão a Mesopotâmia, o Levante e o Egito, subjugam a Lídia em 546 a.C., entrando em contato com as Cidades-Estado da Ásia Menor. Uma a uma essas cidades são submetidas a diversos graus de dominação e influência persas, enquanto estes exploram habilmente as rivalidades internas dos gregos, evitando que Atenas e Esparta se unam para combatê-los.

Sucessivas revoltas fomentadas por Atenas nas cidades dominadas pelos persas fazem com que estes, após completarem suas conquistas por todo o Oriente Médio, concentrem suas forças na Ásia Menor. Os Estados fenícios aliam-se a eles, tentando aproveitar a oportunidade para liquidar a crescente concorrência comercial grega, que os havia passado ao segundo plano em toda a bacia do Mediterrâneo.

Uma revolta em Mileto, em 494 a.C., abertamente instigada e apoiada por Atenas, é dominada, e dá a Dario, o imperador persa de

então, os motivos necessários para invadir a Grécia. Uma expedição militar é enviada em 492 a.C. através da Trácia. Consta de um exército e de uma esquadra de apoio. Mal preparada, a expedição fracassa, a esquadra é quase totalmente destruída por uma tempestade e o exército, sem sua proteção, é obrigado a retornar, sendo severamente castigado por guerrilhas das tribos gregas da região.

Nova tentativa é feita em 490 a.C. Com o auxílio fenício organiza-se uma grande esquadra, que transporta o exército persa para Eubéia, que é ocupada. O exército é em seguida reembarcado para atacar Atenas pelo nordeste. Os persas desembarcam próximo a uma pequena vila de pescadores chamada Maratona. Um pequeno exército ateniense, montado às pressas, consegue derrotar os invasores, apesar de lutar em grande inferioridade numérica. Os persas voltam a retirar-se.

Os dez anos seguintes são dedicados a preparativos bélicos por ambos os lados. As outras Cidades-Estado, que até então vinham deixando Atenas lutar sozinha, mantendo inclusive boas relações com os persas, resolvem participar do esforço comum. A Liga do Peloponeso, aliança de vários Estados dóricos com Esparta, e principal base da supremacia militar espartana, alia-se a Atenas e às cidades jônicas, formando a Liga Helênica. Esparta comanda em terra e Atenas no mar. Os persas, por sua vez, preparam uma grande expedição, para a qual todos os povos por eles dominados são obrigados a fornecer contingentes.

Sob o comando de Xerxes, que sucedera a Dario, os persas lançam sua ofensiva em 480 a.C. Seu exército consegue chegar ao coração da Grécia, apesar da resistência espartana nas Termópilas, mas sua esquadra, de mais de 1.200 navios, é derrotada pelos atenienses, sob comando de Temístocles, na batalha de Salamina. Privado do apoio da esquadra o exército é destruído em Platéia, no ano seguinte, e o restante da esquadra invasora é desbaratado em Micale.

Segue-se o período de maior expansão ateniense, intimamente associado ao nome de Péricles, que governou a cidade de 461 a 429 a.C. Atenas torna-se líder de uma confederação das Cidades-Estado jônicas, a Liga de Delos, criada em 478 a.C., cujo poderio ultrapassa o da Liga do Peloponeso. Os persas são expulsos do litoral da Ásia Menor e a região cai sob a influência ateniense.

Decadência — Mas antes do fim do século os sinais de decadência começam a manifestar-se. A hegemonia ateniense leva à união das outras Cidades-Estado, principalmente Esparta e Corinto, visando conter sua expansão. O comércio, que tivera enorme expansão no início do século, começa a ser limitado no ocidente pela crescente concorrência de Siracusa e Cartago. Sucessivas crises políticas internas enfraquecem Atenas, até

que, após duas longas guerras, de 431 a 421 a.C. e de 413 a 404 a.C., a Liga do Peloponeso, sob o comando de Esparta, consegue vencer, e a cidade é ocupada pelos espartanos, sob o comando de Lisandro.

Ainda que a história grega continue, sendo o predomínio espartano sucedido pelo de Tebas, principal Cidade-Estado da Beócia, a partir de 371 a.C., os anos que antecedem a conquista da Grécia pela Macedônia caracterizam-se por uma sensível decadência. O apogeu já fora ultrapassado.

Significado — O grande significado da experiência ateniense é de ter sido a primeira sociedade onde o homem teve possibilidade de desenvolver-se em função de si mesmo. O lento processo de conscientização e individualização, iniciado quando o homem começou a trabalhar, alcança nas civilizações comerciais as condições necessárias para sua realização.

Até então o homem vivera ainda em relacionamento íntimo e irracional com o mundo que o rodeava. Mesmo nas civilizações agrícolas mais desenvolvidas dependia da terra e de processos e fenômenos que não compreendia para poder obter a satisfação de suas necessidades vitais. O processo germinativo e reprodutivo de plantas e animais, enchentes periódicas, estações do ano, chuvas e estiagens, tudo isso era ainda mágico para ele. A própria evolução social, baseada na apropriação do excedente econômico por uma classe social numericamente minoritária, era considerada parte da fenomenologia natural, e não produto de suas próprias ações.

O homem pertencia mais do que era. Sentia-se um joguete nas mãos de seres sobre-humanos, que nunca via, mas cujas ações julgava perceber na realidade que o rodeava. Somente o grupo, a família, o clã e o Estado davam-lhe segurança. Sua única resposta para o desafio da vida era o relacionamento mágico, religioso, para com a natureza da qual se sentia dependente.

As atividades comerciais lançaram as condições necessárias para que o homem pudesse amadurecer, descobrisse sua individualidade, e se libertasse de sua submissão à natureza, para ver-se tal qual era na realidade: ao mesmo tempo parte e senhor, arriscado a ser por ela destruído, mas podendo também dominá-la pelo seu trabalho.

O comerciante, principalmente o comerciante marítimo, não espera que a natureza lhe dê alguma coisa; ele é quem, com seu esforço, seu trabalho, e com risco de sua própria vida, toma à natureza sua riqueza. Não mais submissão, paciência, obediência e dependência para com os deuses e seus representantes no mundo, como as melhores qualidades do homem, as que lhe trarão felicidade. Iniciativa, coragem, capacidade, dedicação e sorte.

O processo é naturalmente lento. A magia e a religião permanecem como parte integrante da vida dos gregos mesmo no apogeu do desenvolvimento ateniense. A sorte já é, em si, um elemento mágico. Mas aos poucos o homem começou a perguntar, a inquirir, a querer saber cada vez mais sobre o significado das coisas, a sentir-se cada vez mais livre em relação à natureza e aos outros homens.

Enquanto as sociedades agrícolas produzem grandes profetas e fundadores de religiões preocupados com a luta metafísica entre o *bem* e o *mal*, como Zoroastro, na Pérsia; ou com a submissão do homem ao Universo, como Buda, na Índia; ou com a obediência dos homens aos desígnios divinos, como os grandes profetas hebreus; ou, ainda, na mais estável de todas elas, com as regras de comportamento e obediência do homem em relação à sua sociedade, como Confúcio, na China; os gregos produzem um Sócrates, preocupado não em saber se os homens agem assim ou assado, mas apenas em saber o porquê.

Mas não é apenas no campo da filosofia onde se manifesta o potencial criador do homem, libertado pelas modificações trazidas pelo comércio à sua base econômica. Só uma sociedade onde o homem está em pleno processo de autodescobrimento é que poderia produzir um Pitágoras; só onde o trabalho humano é considerado como fator de domínio sobre a natureza é que poderiam surgir homens como Arquimedes, Euclides e Tales; só ali onde o homem quer conhecer a natureza, e não subordinar-se a ela, poderia produzir-se um Demócrito ou um Hipócrates.

Onde o processo de autodescobrimento e auto-afirmação do homem encontra sua manifestação mais completa é na arte. Já os personagens mitológicos gregos, deuses, semideuses e heróis, não apenas tinham forma humana, mas era-lhes atribuído comportamento tipicamente humano. E a mitologia era fértil em episódios onde o homem vencida aos deuses, como no caso de Prometeu, que roubou o fogo dos céus para ensinar aos homens como fazê-lo. As próprias lendas sobre os primeiros gregos, atribuídas a Homero, mostram o constante conflito entre o homem e a natureza e os deuses, saindo os principais personagens humanos sempre vencedores desses embates, como no caso de Ulisses.

A pintura e a escultura desenvolvem-se com a reprodução cada vez mais realista da figura humana, atingindo o auge com Fídias, contemporâneo e amigo de Péricles. As ciências históricas e geográficas têm seu nascimento com Tucídides e Heródoto. O teatro evolui do coro primitivo, que era mais uma cerimônia mágica do que uma representação da experiência humana, para os dramas de Ésquilo e Sófocles e a comédia de Aristófanes.

Todo esse amplo e variado desenvolvimento de todas as manifestações da atividade criadora do homem somente foi possível numa sociedade onde as atividades comerciais predominavam, onde a velha estrutura social agrária havia sido rompida e onde o poder político passara às mãos de todos os cidadãos.

Mesmo considerando que a experiência grega foi curta e imperfeita, devemos reconhecer que representou o primeiro despertar da humanidade. Apesar do desaparecimento da civilização que a gerou, a cultura grega nunca desaparecerá totalmente. Sabemos que, de mais de quinhentos mil habitantes que Atenas possuía no século V a.C., cerca de quatrocentos mil eram escravos, totalmente à margem do processo de afirmação humana acima descrito. Sabemos que era o trabalho desses escravos, nos navios, nos portos, nas oficinas, nas minas e nos campos, que gerava o excedente necessário para permitir a ociosidade de uma classe, ociosidade que permite a alguns de seus membros questionar e inquirir, pesquisar e realizar, da geometria à pintura. A escravidão pode ser considerada a grande mancha da cultura grega, mas sem ela nunca teria havido uma cultura grega.

Sabemos que a ignorância, a superstição e os preconceitos eram tão fortes que levaram a casos como o processo contra Péricles e Fídias, no episódio dos rostos no escudo da estátua de Palas Atenas, ou à condenação e execução de Sócrates, enquanto uma classe sacerdotal enriquecia às custas de oráculos e pululavam adivinhos e pitonisas.

Mas, se considerarmos o desenvolvimento intelectual do restante do mundo de então, e o curto espaço de tempo em que se deu a evolução grega; e mesmo se estabelecermos comparação com o que viria nos séculos posteriores, não apenas podemos compreender suas origens, como afirmar que marcou o primeiro grande passo rumo ao descobrimento do homem por si mesmo.

A civilização helenística

A Grécia foi conquistada em 338 a.C., pela Macedônia, sob o reinado de Filipe, após a batalha de Queroneia, em que as forças das ligas gregas foram esmagadas pela superioridade tática dos macedônios.

A Macedônia era um reino agrícola, cujo povo era aparentado com os gregos e cuja evolução fora profundamente influenciada pelos contatos que mantinha com a cultura grega. Situava-se no vale do rio Axios, hoje Vardar, e tinha como capital a cidade de Pela.

Filipe foi assassinado dois anos depois. Sucedeu-o seu filho Alexandre, educado em Atenas por Aristóteles, discípulo de Platão, que por sua vez fora discípulo de Sócrates. Aristóteles, mais do que qualquer

outra figura do pensamento grego, representa a consolidação das principais idéias que o homem produzira sobre si e a natureza.

Em apenas treze anos, de 336 a 324 a.C. Alexandre consegue subjugar o Império Persa, enfraquecido pelo descontentamento dos povos conquistados. As forças persas são derrotadas em sucessivas batalhas, como Grânico, Isso, Gaugamela e Arbela. As tropas de Alexandre vão até o vale do Indo, onde são fundadas cidades, como Elefantina, povoadas por colonos gregos, e que depois desempenharão importante papel nas relações comerciais entre a Índia e a China. Após sua morte prematura seus principais generais dividem entre si o enorme império que havia conquistado, pois nenhum tinha forças suficientes para herdá-lo inteiro. Antígono fica com a Macedônia e a Grécia, Seleuco com a Pérsia, a Mesopotâmia e a Síria, e Ptolomeu Lago com o Egito, ainda considerado o mais importante dos países da região.

O período que vai desde a morte de Alexandre até a conquista romana do Mediterrâneo Oriental, após a batalha de Actium, em 31 a.C., é conhecido como Civilização Helenística. Nunca houve unidade política entre os diversos Estados da região durante todo esse período, e muitas vezes uns estiveram em guerras com os outros. Os reinos de Antígono e Seleuco tiveram pouca duração, sendo logo desmembrados pela libertação dos Estados tradicionais conquistados por Alexandre.

O traço de união entre os diversos Estados da civilização helenística era a cultura grega, difundida pelos comerciantes e pela conquista macedônica e modificada no contato com cada uma das culturas locais, mas mantida viva em decorrência do florescimento das atividades comerciais.

De todos os Estados helenísticos o mais importante foi o Egito, sob a dinastia dos lágidas, descendentes de Ptolomeu. Seus reis, apesar de gregos, adotaram a velha forma da monarquia egípcia, intitulando-se faraós. Mas o conteúdo não era egípcio. A capital, Alexandria, fundada pelo próprio Alexandre, foi a maior cidade comercial da época. Tanto o comércio como a administração pública estavam nas mãos dos gregos. O velho Egito, agrícola e feudal, permanece como país conquistado.

Mas a Alexandria era apenas a mais rica e importante de muitas outras cidades comerciais. Antióquia, no norte da Síria, situada sobre o Orontes nas proximidades de sua foz, capital do que sobrou do Império Selêucida, era o grande entreposto comercial para o Oriente Médio e a Mesopotâmia, onde terminavam as rotas terrestres por onde as caravanas vinham desde a Índia até o Mediterrâneo. A cidade grega de Rodes, na ilha do mesmo nome, transforma-se no grande centro comer-

cial do Egeu. Pérgamo, um pequeno Estado da Ásia Menor, obtém importância por conseguir romper o monopólio egípcio do papel. Tessalônica prospera como porto da Macedônia e dos Balcãs. As velhas cidades gregas, apesar de perderem definitivamente sua importância anterior, conseguem sobreviver, principalmente as da Ásia Menor, como Éfeso e Mileto. Atenas perde sua supremacia comercial e se reduz ao papel de cidade universitária, para onde acorriam jovens de todo o mundo helenístico. Corinto também consegue manter alguma importância, em face da sua posição estratégica, mas a maioria das outras filia-se a ligas federais, como a Etólica, ao norte, e a Aquéia, ao sul. De todas as cidades gregas a que mais se desenvolve é Siracusa, na Sicília, cujo movimento comercial rivaliza com os de Alexandria e Antíóquia.

Nos diversos outros Estados independentes ou semi-independentes que formavam o âmbito da civilização helenística, o desenvolvimento comercial nunca chegou a atingir o grau alcançado pelos já mencionados. Nesses Estados a agricultura permanecia como principal fonte de riqueza e os senhores de terra como classe dominante. Tomada em seu conjunto, a população total da região devia estar em mais de vinte milhões de habitantes, dos quais a grande maioria vivia no campo, predominando as relações servis.

A preponderância numérica da população rural não nos deve enganar quanto ao essencial. As atividades comerciais e urbanas representavam o elemento dinâmico da civilização helenística, assim como o traço de união entre todos seus povos. As civilizações comerciais sempre haviam tido seus maiores mercados em Estados agrícolas; a grande diferença é que agora esses Estados estavam no mesmo âmbito cultural.

O mundo helenístico era um dos mais ricos mercados da época. Cobre em Chipre, cereais no Egito e no mar Negro, púrpura de Tiro, cerâmica ateniense, lã na Ásia Menor, papel em Pérgamo e no Egito, esses alguns dos principais produtos, afora a grande variedade de artigos manufaturados. Esses produtos eram negociados entre os Estados helenísticos e exportados para o resto do Mediterrâneo, assim como para a Etiópia, a Índia, a China e o norte da Europa.

Os navios das cidades comerciais helenísticas, principalmente de Alexandria, utilizavam a rota das monções para chegar aos portos hindus, enquanto as caravanas cruzavam as rotas dos planaltos iranianos rumo à Índia, alcançando a China pela bacia do Tarim, e subiam o Nilo até os planaltos etíopes. Dessas distantes regiões importava-se seda, da China; pimenta e especiarias vindas da Indonésia através da Índia; marfim e madeiras da África; incenso e mirra, vindos do sul da África através da Arábia; âmbar, do litoral do Báltico e ouro da Índia e da Núbia.

As necessidades geradas pelo comércio levaram a um grande desenvolvimento científico e técnico. Surgiu um sistema financeiro baseado no ouro e na prata, desenvolvendo-se as casas bancárias, tanto estatais quanto privadas, que financiavam o comércio e a própria administração dos Estados, principalmente suas guerras. A pesquisa científica prosseguiu no caminho aberto pelos gregos, principalmente na anatomia, com Herófilo; na geografia, com Eratóstenes, Estrabão e Ptolomeu; na astronomia, cujo desenvolvimento maior dera-se até então nas civilizações agrícolas, onde estivera vinculada à religião, com Hiparco e Aristarco; e nas técnicas mecânicas, com Arquimedes, em Siracusa, no século III a.C. e Heron de Alexandria, que chegou a elaborar os planos de um guindaste movido a vapor.

Ainda que o desenvolvimento cultural helenístico não tenha conseguido ultrapassar em termos qualitativos a contribuição grega anterior, principalmente a ateniense, as atividades culturais estavam muito mais difundidas. Cidades como Alexandria, Pérgamo e Atenas foram centros de atração para literatos e pesquisadores de toda a região. Alexandria possuía o famoso Museu, instituição científica e cultural que promovia cursos, editava livros e mantinha laboratórios, e até um jardim zoológico. A essa instituição pertencia a grande biblioteca, cujo acervo alcançava cerca de 750.000 volumes.

Mas a grande contribuição da cultura helenística foi o rompimento definitivo dos laços tribais. Desde sua origem o homem só reconhecera realmente como tais os de sua mesma tribo, seu clã ou seu povo. Os estrangeiros eram olhados com desconfiança. Nas sociedades agrícolas essa concepção manteve-se e se consolidou, pois os contatos e a convivência entre pessoas de povos diferentes eram raros, ou então em termos de conquistador e conquistado. Com o comércio os contatos tornam-se mais freqüentes, mas é somente na civilização helenística que surge um verdadeiro cosmopolitismo, que faz com que as pessoas sejam julgadas e aceitas pelo que fazem e não por sua origem geográfica.

Esse primeiro reconhecimento da igualdade de todos os homens não alcança, obviamente, toda a população. Dá-se nas duas classes básicas desse tipo de sociedade, a dos proprietários e a dos escravos. Um comerciante abastado originário de qualquer dos povos do âmbito helenístico era tratado como igual em todos os outros Estados; a comunidade de língua e de cultura e os interesses de classe comuns criavam a base real desse cosmopolitismo. No outro extremo da escala social encontravam-se homens de todas as raças, vindos de todas as regiões alcançadas pelo comércio helenístico, reduzidos à condição de escravos. Essa condição

comum, associada à convivência no trabalho, produzia aqui o mesmo resultado.

Esse rompimento das barreiras tradicionais que prendiam os homens a seus povos, seus chefes e seus deuses, teve como consequência um forte abalo no prestígio das religiões existentes, todas elas baseadas em deuses próprios a cada povo ou cada local. Para preencher o vácuo deixado por essa derrubada das religiões tradicionais surgiram várias escolas filosóficas, como a dos epicuristas, com Epicuro; dos cínicos, com Diógenes; e dos estoicos, com Zeno; assim como várias religiões místicas, como a adoração de Demeter, deusa-mãe da terra; de Dionísio, que os romanos chamarão de Baco, deus do vinho, e de Ísis, antiga deusa egípcia.

A expansão da civilização helenística estava barrada, a oeste, por duas outras civilizações comerciais, a cartaginesa e a romana. Para enfrentá-las faltava-lhe unidade política, e nenhum de seus Estados tinha condições de submeter os demais. Após a confirmação da supremacia romana sobre o Mediterrâneo Ocidental, e em pouco mais de um século a partir da conquista da Grécia em 146 a.C., toda a região perderia sua independência política, obtendo unidade apenas ao ser conquistada.

A civilização romana

Distante dos grandes vales do Oriente Médio, toda a bacia do Mediterrâneo Ocidental manteve-se por muito tempo em níveis de evolução primitivos. Seu principal papel era o de fornecedora de matérias-primas às diversas civilizações que surgiam a leste. Em suas áreas mais férteis evoluíam lentamente pequenas comunidades agrícolas, algumas das quais chegaram a alcançar o estágio da propriedade clânica, marchando rumo ao feudalismo.

Em apenas três casos surgiram na região civilizações altamente organizadas, todas elas influenciadas pelos contatos com as civilizações do Mediterrâneo Oriental, contatos que não se limitavam às trocas comerciais, mas que incluíam a fundação de colônias e a vinda de povos imigrantes que, por sua civilização superior, transformavam-se aqui em classe dominante. Essas três civilizações foram a etrusca, a cartaginesa e a romana.

Os etruscos — Os etruscos eram provavelmente um povo originário da Ásia Menor, e que deve ter abandonado essa região por volta da época em que a civilização egípcia entrou em decadência. Há referências

esparças sobre *povos do mar*, que nesse período saqueavam cidades, e cujo destino posterior é desconhecido. Admite-se que tanto os etruscos como outros povos não indo-europeus que habitaram a Sicília e a Sardenha sejam seus descendentes.

Os primeiros sinais de seu aparecimento datam do século X a.C. Estabelecem-se na parte norte do litoral ocidental da península italiana. Até essa data a península era habitada por diversas tribos itálicas, de origem indo-européia, que a haviam invadido em torno de 2000 a.C., e que se concentravam principalmente em três regiões férteis a oeste dos Apeninos: a Toscana, o Lácio e a Campanha. Os etruscos conquistaram inicialmente a primeira dessas regiões, transformando-se em senhores de terra e reduzindo a população conquistada à condição servil.

Em pouco tempo apareceram na região vários Estados monárquicos, que se estendem entre os rios Tibre e Arno, e que prosperam baseados na produção agrícola, no comércio de vinhos e na produção e exportação de ferro, principalmente da ilha de Elba. Os Estados etruscos comerciavam regularmente com as Cidades-Estado gregas e com os cartagineses. No século VII a.C. iniciam uma fase de expansão territorial que os leva à conquista de outras regiões italianas, tanto para além dos Apeninos, até o vale do Pó, quanto para o sul, incluindo o Lácio e grande parte da Campanha.

Cartago — A origem de Cartago é fenícia. Foi fundada em 814 a.C. como entreposto comercial de Tiro. Sua posição geográfica, próxima ao centro do Mediterrâneo, transformou-a logo em grande porto, ponto de passagem obrigatória para o reabastecimento dos navios fenícios que demandavam a Espanha e o Atlântico. O litoral norte-africano era habitado por povos primitivos, muitos dos quais nômades, que foram pouco a pouco submetidos ao domínio cartaginês. As terras férteis irrigáveis dos vales do interior foram transformadas em regiões agrícolas destinadas à produção de cereais, uvas, figos e tâmaras para o abastecimento urbano, mas Cartago nunca foi uma civilização agrícola, surgindo já com a estrutura social das civilizações comerciais. O Estado cartaginês, politicamente independente desde seus primeiros anos, era governado por uma oligarquia baseada na riqueza. O executivo era composto por dois magistrados eleitos anualmente, assessorados por um conselho formado pelas pessoas mais ricas. Tanto os magistrados quanto os conselheiros eram eleitos por uma assembléia cujos membros eram eleitos pelo voto de todos os homens livres, mas para a qual somente os que ultrapassavam certos limites de riqueza eram elegíveis.

O século III a.C. marca o apogeu da expansão cartaginesa. Seus navios dominavam o comércio em todo o Mediterrâneo Ocidental, além de explorarem o litoral atlântico africano, chegando talvez a circunavegar o continente, pela rota que os fenícios haviam possivelmente aberto em torno de 600 a.C. O desenvolvimento da civilização helenística representava um crescente mercado para os comerciantes cartagineses. Sua área de influência, ao iniciar-se o século, incluía os dois terços ocidentais da Sicília, cujos Estados de origem fenícia haviam passado a pertencer-lhe, a Sardenha, a Córsega e as Baleares, além do litoral africano desde o Golfo de Sirte até o Atlântico. A perda da Sicília, em meados do século, foi mais do que compensada pela conquista da Espanha, onde antes somente mantivera entrepostos comerciais isolados. Sua população urbana chegou a alcançar mais de 700.000 habitantes, sendo que os povos conquistados, além de pagarem pesados tributos, forneciam mercenários para suas forças armadas e, o que é mais importante, os escravos que eram a base de sua estrutura econômica.

A principal riqueza cartaginesa era a exploração das minas de prata da Espanha meridional e do norte da África. Exploravam-se também minas de chumbo e prata na Sardenha e produzia-se breu na ilha de Ibiza, nas Baleares. Os bosques dos montes Atlas forneciam grande produção de madeiras, explorando-se também o esparto da planície valenciana. Exportava-se sal, peixe salgado, azeitonas, azeites e tâmaras. Além de uma grande variedade de artigos manufaturados de uso suntuário, inclusive camas, almofadas e colchões.

Origem de Roma — Roma, enquanto isso, surgira como uma pequena aldeia itálica, no ponto onde a principal rota terrestre entre o norte e o sul da península cruzava o maior rio do Lácio, o Tibre. A data tradicional de sua fundação, baseada na lenda de Rômulo e Remo, é 753 a.C., mas o local já era ocupado desde, pelo menos, o século XI a.C. Em seus primeiros séculos manteve-se como uma de muitas comunidades agrícolas primitivas que ocupavam as planícies e colinas do Lácio. À medida que os Estados etruscos ao norte, e as colônias e Cidades-Estado gregas da Magna Grécia, ao sul, evoluíram, o comércio intensificou-se ao longo da rota terrestre entre ambas as regiões, fazendo com que Roma enriquecesse, tornando-se o centro comercial de todo o Lácio.

Ao iniciar-se sua história os romanos encontram-se no estágio da propriedade clânica. São os clãs, aqui chamados de *gens*, que dirigem os destinos de Roma, e são seus cabeças que detêm o poder político. Há uma assembléia, eleita pelos proprietários de terra, e um rei, eleito por essa assembléia. Mas o poder concentrava-se nas mãos dos *patricios*,

isto é, os membros das famílias principais dos gens, entre os quais eram escolhidos os membros do Senado.

No século VI a.C. a expansão etrusca levou à dominação de todo o Lácio. Sob pressão, os romanos elegeram reis etruscos, o último dos quais, Tarquínio, o Severo, foi deposto por uma revolta popular, liderada pelo Senado, em 509 a.C. Após essa data o próprio Senado assumiu o exercício direto do poder, instaurando a república.

Expansão na Itália — Nos dois séculos e meio seguintes Roma expande-se gradualmente, até conquistar toda a península italiana, da Ligúria à Calábria. Essa expansão é feita a custo de sucessivas guerras, das quais as mais importantes são as travadas contra os samnitas, povo que se havia estabelecido ao sul do Lácio, entre a Campanha e o Adriático, contra os outros Estados do Lácio e contra as Cidades-Estado da Magna Grécia, que contavam com o apoio do reino do Épiro.

Todas essas conquistas foram consolidadas por uma série de alianças, que submetiam os Estados conquistados ao poder romano sem destruir-lhes a individualidade, e da fundação de colônias, estrategicamente situadas, e povoadas por agricultores romanos. Estas eram colônias de povoamento e não entrepostos comerciais, diferentes, portanto, das que encontramos entre fenícios e gregos.

A expansão romana movia-se dentro da dinâmica das civilizações agrícolas, buscando novas terras, o controle das rotas comerciais mais importantes e a ampliação do excedente disponível, pela adição, ao gerado pela economia romana, daquele obtido pela pilhagem da riqueza acumulada nos Estados conquistados. À medida que a área sob controle romano era ampliada, incluindo regiões nos mais variados estágios de evolução econômica, produzindo cada uma determinados artigos, e todas elas mais ou menos interligadas aos diversos sistemas comerciais existentes, o comércio foi substituindo a agricultura como principal fonte de dinamismo.

Além do crescimento da demanda produzido pela expansão econômica da própria Roma, o enriquecimento da classe dominante, obtido pela pilhagem, acelerava ainda mais o crescimento de seus gastos suntuários, tanto privados quanto públicos. À pilhagem inicial, que não pode ter características permanentes, seguia-se o estabelecimento de um sistema tributário complexo e opressivo, cuja finalidade era carrear constantemente para Roma ponderáveis parcelas do excedente gerado pelas economias das regiões conquistadas. Com tudo isso a dependência romana em relação ao comércio crescia ainda mais, havendo que considerar também o fato de que muitos dos Estados conquistados eram essencial-

mente comerciais, e que esse comércio passava, com a conquista, ao âmbito da economia romana.

As características próprias do processo de expansão romana fizeram com que assumisse características específicas, que o diferenciam das de outras civilizações comerciais. A figura do mercador, que vai pessoalmente ao comando de seu navio ou de sua caravana, e que foi a base inicial da classe dos comerciantes entre fenícios e gregos, nunca teve importância em Roma. Aqui foram os patrícios os que, em virtude dos cargos públicos assumidos, quer na administração central, quer nas províncias conquistadas, conseguiram enriquecer, utilizando-se dos serviços de terceiros para gerenciar-lhes os negócios.

Uma das formas mais comuns era por meio da cobrança de impostos nas províncias. O coletor, chamado de *publicano*, era um patrício que havia adquirido o lugar mediante o comprometimento de arrecadar uma determinada quantia, em dinheiro ou em espécie, para o erário romano. Montava na província todo um sistema de coleta de tributos, fiscalização, cobrança de multas e outras punições, respaldado na autoridade que lhe havia sido conferida pelo Estado romano. Tudo o que arrecadasse além da quantia a que se havia originalmente comprometido pertencia-lhe legalmente. Com essa parcela custeava os serviços de arrecadação e fiscalização, aplicando o restante em seus negócios particulares.

Em pouco tempo a classe dos patrícios deixa de ser uma classe de senhores de terra para transformar-se numa classe de empresários, cuja riqueza não provém mais da renda da terra e sim dos lucros de suas atividades voltadas para o mercado, sejam elas o comércio ou o transporte de mercadorias, ou sua produção em minas, oficinas ou fazendas.

As Guerras Púnicas — Todo esse processo estava ainda nas suas fases iniciais quando, em meados do século III a.C., a expansão romana entrou em choque com a área de influência cartaginesa. Roma já havia conquistado todas as Cidades-Estado da Magna Grécia e sua política expansionista dirigia-se agora rumo à Sicília. Esta era a principal produtora de excedentes de trigo no Mediterrâneo Ocidental, e sua parte ocidental era controlada por Cartago, enquanto o restante era formado por várias Cidades-Estado, sob o domínio da mais importante delas, Siracusa. As relações entre Roma e Cartago, que de há muito eram bem estreitas, principalmente em função do comércio entre ambas, entraram em fase crítica, levando à chamada Primeira Guerra Púnica — *Puni* era o nome dado pelos romanos a Cartago — entre 264 e 241 a.C., que terminou com a derrota cartaginesa, passando toda a ilha ao domínio romano.

A expansão cartaginesa na Espanha, levada a efeito para compensar a perda da Sicília, produz nova crise, pois os romanos já estavam tam-

bém penetrando na região. Incidentes envolvendo a cidade de Sagunto, aliada romana na costa espanhola, levam então à Segunda Guerra Púnica, de 218 a 201 a.C., na qual os cartagineses, sob a liderança de Aníbal, invadem a Itália por terra, passando na península cerca de quinze anos, sem conseguir atrair os romanos para uma batalha decisiva. Estes, por sua vez, invadem o norte da África, obrigando Aníbal a abandonar a Itália para defender Cartago, derrotando-o na batalha de Zama.

Após esta guerra a área de influência romana amplia-se para o ocidente, incluindo a Espanha, consolidando-se igualmente a ocupação romana do vale do Pó. Com a Terceira Guerra Púnica, de 149 a 146 a.C., provocada por Roma em face do seu receio de que Cartago voltasse a erguer-se, toda a África do Norte passa ao domínio romano, Cartago é completamente destruída e Roma consolida seu domínio sobre o Mediterrâneo Ocidental.

Últimas conquistas republicanas — Ao mesmo tempo em que vença definitivamente sua grande rival no ocidente, Roma inicia a conquista dos Estados que formavam a civilização helenística. O Épiro já passara ao domínio romano em 168 a.C. Em 146 a.C. é completada a conquista da Grécia, e treze anos depois, a dos Estados situados no litoral egeu da Ásia Menor. No século seguinte, por intermédio de uma política de constante intromissão nas guerras e conflitos diplomáticos que surgiam entre os restantes Estados independentes da região, consolidou-se a influência romana em toda a área, coroando esse processo a transformação do Egito em província romana, em 30 a.C.

Essa expansão rumo ao oriente corre paralela à que se deu na direção norte, com a total submissão da Gália, após oito anos de lutas, a partir de 58 a.C.

Evolução política — Enquanto essa evolução se processava, alterando radicalmente a base econômica da civilização romana, seu processo político interno sofria as consequências dessas modificações, levando a um crescente aguçamento das contradições entre as classes sociais que a acompanhavam.

À medida que a economia de mercado passava ao papel principal, em detrimento da economia de subsistência, a demanda por mão-de-obra levava a uma crescente importação de escravos. Após a conquista de Cartago mais de 50.000 pessoas foram vendidas nos mercados de escravos; após as campanhas de conquista da Gália mais de um milhão de pessoas tiveram o mesmo destino. Pouco a pouco todas as funções de produção e de prestação de serviços passaram a ser exercidas por escravos. Como os cidadãos romanos não podiam ser escravizados e como não ha-

via emprego para eles, a grande massa de população romana não proprietária passou a formar aquilo que os romanos chamavam de *proletariado*, termo cujo sentido era então totalmente diferente do que possui atualmente. Os proletários romanos eram cidadãos desempregados, sustentados pelo Estado ou por grupos políticos, e cuja única possibilidade de ocupação encontrava-se no alistamento militar.

Até o início do século II a.C. as forças que alterariam radicalmente a sociedade romana apenas começavam a manifestar-se. De um lado estavam os patrícios, cada vez mais vinculados às atividades comerciais, e do outro a *plebe*, termo que englobava toda a população não escrava que não pertencia às tradicionais famílias gentílicas. Os principais componentes da plebe eram os comerciantes e proprietários urbanos e os lavradores livres. Como a ideologia dominante ainda estava grandemente marcada pela época anterior ao surgimento das classes sociais, pois o processo evolutivo fora relativamente rápido, a liderança política da plebe lutava pela manutenção da estrutura democrática que caracterizara essa época.

Analisemos separadamente cada um dos principais componentes da plebe. A principal razão da força política dos lavradores livres estava em seu número, e no fato de que eram eles que compunham o exército, do qual a classe dominante dependia para suas conquistas. Dessa classe é que saíam os colonos enviados aos estabelecimentos a que já nos referimos.

Com a evolução da economia de mercado esta classe tende a desaparecer. A pequena unidade familiar não tinha condições de competir com as grandes fazendas trabalhadas por escravos. Os patrícios passaram a investir cada vez mais na ampliação de seus domínios, quer pela compra, quer pela cobrança de dívidas dos pequenos lavradores. Como eram estes que formavam as legiões, o número de propriedades abandonadas pela morte do chefe de família era cada vez maior, assim como cada vez maior a exploração dos grandes proprietários sobre os pequenos, à medida que as condições de mercado colocavam estes à mercê daqueles. Formam-se assim os grandes latifúndios — o termo é originário da época — trabalhados por escravos importados ou mantidos incultos como reserva patrimonial, e a população do campo dirige-se para a cidade onde, já sabemos, não encontra emprego em proporção satisfatória.

Já os comerciantes, entendidos aqui como sendo todos os proprietários de empreendimentos secundários e terciários, melhoram cada vez mais sua posição econômica, participando das múltiplas oportunidades abertas por uma economia em expansão. À medida que enriquecem,

firmando-se como classe, ressentem-se cada vez mais dos privilégios dos patrícios, e de seu quase-monopólio do poder.

São esses dois componentes da plebe, um em declínio, outro em ascensão, que formam a base das lutas políticas, que levarão à extinção da república romana e à instauração do império.

Essa luta começa dentro do arcabouço político tradicional, um complexo emaranhado de cargos eletivos que tinha como base as assembléias e culminava em dois cônsules, eleitos anualmente, e que eram os chefes do executivo romano. Nessa fase destaca-se a luta dos irmãos Graco, Tibério e Caio, que tentam obter lei reduzindo os latifúndios e medidas contra o desemprego. Um é assassinado e outro levado ao suicídio, em 133 e 121 a.C. respectivamente. Os patrícios, e seu braço político, o Senado, haviam vencido.

O segundo choque dá-se no final do século II a.C., Caio Mário lidera o partido popular e consegue ser eleito cônsul por sete vezes. Duas importantes reformas são feitas: é estendida aos aliados italianos a cidadania romana, com o que o âmbito da problemática política que estamos analisando se amplia; e a conscrição é aberta ao proletariado, pois já não havia lavradores livres suficientes, com o que se lançam as bases de um exército profissional. Os patrícios se agrupam em torno de Sila, que sai vencedor de uma curta guerra civil, transformando-se em ditador em 81 a.C.

A partir daí, com o quase-desaparecimento da classe dos lavradores livres, e com a maior parte das atividades econômicas sendo executadas por escravos, o sistema político romano transformara-se em uma farsa, totalmente inadequada para a administração de um Estado que já compreendia a quase-totalidade da bacia do Mediterrâneo. Os líderes que surgem em seguida pertencem a famílias patrícias, mas estão muito mais vinculados aos interesses empresariais; sua força provém da riqueza que possuem, do apoio de grupos econômicos e do fato de comandarem exércitos. Entre si disputarão o poder supremo. O primeiro deles é Pompeu, segue-lhe Crasso, e depois César. Dividirão o poder no Primeiro Triunvirato, em 60 a.C., que nada mais era do que um acordo direto entre os três, passando por cima da estrutura política institucionalizada. Continuarão representando a farsa legal, até o momento em que isso não prejudique seus interesses. Morto Crasso, César e Pompeu lutam entre si. O primeiro desobedece ao Senado, atravessa o Rubicão com suas legiões, entra em Roma, persegue Pompeu até a Grécia, onde o derrota em Farsália, em 48 a.C., e retorna a Roma como ditador.

Alguns grupos políticos, marginalizados pela evolução dos acontecimentos, capitalizando certo descontentamento com o desaparecimento

das formas democráticas da república, comandam uma conspiração que leva ao assassinato de César. Forma-se um novo triunvirato, com Otávio, Marco Antônio e Lépido, seguidores de César. Os conspiradores são derrotados, Lépido é despojado de sua parte, e os outros dividem entre si o mundo romano: Otávio fica com Roma e o ocidente, e Marco Antônio estabelece seu governo em Antióquia, administrando o oriente. A tentativa deste em transformar-se em rei de sua região, casando-se com Cleópatra, rainha do Egito, traz nova guerra civil, vencida por Otávio. Após essa vitória, em 31 a.C., Otávio assume sozinho o poder supremo, a república é praticamente extinta e substituída pelo Império Romano.

Os dois séculos seguintes marcam o apogeu da civilização romana, e os analisaremos mais adiante. Cabe aqui agora tecer algumas considerações sobre a evolução política que culminou com a substituição da república pelo império. Em primeiro lugar deve-se recordar que o quadro descrito corresponde unicamente a Roma, o Estado conquistador, e não pode ser aplicado aos Estados conquistados.

A república romana estava condenada pelo seu próprio sucesso. É óbvio que uma estrutura política, cujas raízes provinham do estágio das comunidades agrícolas, não era adequada para governar um Estado que submetera a seu domínio toda a bacia do Mediterrâneo. Além disso, com o predomínio do trabalho escravo, e com o decorrente enfraquecimento dos lavradores livres, a democracia republicana de Roma era apenas formal. Apesar das aparências, os conflitos entre patrícios e plebe não eram antagônicos. Ambas as classes eram exploradoras. É verdade que uma explorava diretamente, e obtinha parcela muito maior do excedente econômico, mas isso era também verdade para parte da plebe, e mesmo para a outra parte, a que não era proprietária, pois sua sobrevivência como classe, quer formando as tropas romanas, quer trabalhando em obras públicas ou vivendo de expedientes, dependia, em última análise, da manutenção e ampliação do sistema de exploração dos povos conquistados e do escravagismo.

A classe oprimida de Roma não era formada por romanos. Eram homens arrancados de suas comunidades, suas aldeias ou suas tribos, dos campos britânicos às colinas da Judéia, e obrigados a trabalhar, nas piores condições imagináveis, em todo e qualquer recanto do mundo romano onde houvesse necessidade de produzir para o mercado. A escravidão em Roma desempenhou o mesmo papel que nas outras civilizações comerciais, só que, pela própria magnitude do desenvolvimento romano, atingiu aqui seu apogeu. A grandeza de Roma só foi possível graças à escravidão.

A luta política mais importante do mundo romano foi a dos escravos pela sua liberdade. Como a história foi sempre escrita pelos proprietários e nunca por eles, conhecemo-la muito mal. Sabemos apenas que houve várias revoltas, algumas envolvendo milhares de escravos, sabemos também que todas foram sufocadas, e que os revoltosos eram crucificados em lugares públicos, como exemplo e advertência. De todas essas revoltas a mais importante foi a chefiada por um gladiador trácio, de nome Espártaco, que eclodiu em Cápua, na Campanha, em 73 a.C. Atraindo milhares de seguidores provenientes dos latifúndios e das cidades, Espártaco errou por quase toda a península, derrotando várias legiões e até exércitos enviados contra ele, chegando a ameaçar diretamente a própria Roma. Somente foi derrotado após dois anos, e pela superioridade militar de seus inimigos. Seis mil de seus seguidores foram crucificados.

O Império — Mas voltemos ao Império. O período iniciado por Otávio, hoje conhecido como Augusto, e que duraria duzentos anos, marcando o apogeu da civilização romana, é também conhecido como a época da *Pax Romana*, pois durante todo esse tempo não houve praticamente luta armada dentro do âmbito do Império.

O território do Império estendia-se desde os montes Cheviot, ao norte da Inglaterra, até as margens do Eufrates. Seus limites setentrionais corriam pelo Reno e o Danúbio, sendo que a Dácia, atual Romênia, ao norte deste último, foi anexada e colonizada após 107. A oeste alcançava o Atlântico, da foz do Reno à Mauritânia, atual Marrocos, incluindo ainda a Britânia. Ao sul incluía toda a parte habitada do norte da África. Somente a leste fazia fronteira com Estados civilizados, dos quais a Partia era o mais importante.

A população total do Império em seu apogeu está estimada em mais de 55 milhões de habitantes, dos quais mais de seis milhões viviam na península italiana e quase um milhão na cidade de Roma.

A maior parte da população ativa estava empregada na agricultura. Uma parcela ponderável da mão-de-obra agrícola era formada por escravos, produzindo em grandes latifúndios orientados para o mercado, mas a maioria era composta de servos ou lavradores livres, os primeiros nos campos dos diversos Estados agrícolas conquistados e os segundos nas proximidades das cidades, nas áreas colonizadas por romanos ou nas regiões que ao serem conquistadas ainda se encontravam nos primeiros estágios de evolução da agricultura.

As atividades manufatureiras baseavam-se principalmente no trabalho escravo, o mesmo podendo dizer-se com respeito à mineração. Em certos lugares e para certos produtos a produção era feita em grandes ofi-

cinas, mas de um modo geral predominavam os pequenos estabelecimentos. O trabalho assalariado existia, mas os níveis de remuneração eram muito baixos, devido à concorrência dos escravos. Em algumas regiões, principalmente nos Estados agrícolas conquistados, surgiram e se desenvolveram associações de artesãos independentes semelhantes aos grêmios que mais tarde predominariam na Europa medieval.

A classe dominante, tanto nas províncias quanto em Roma, mantinha hábitos de consumo suntuário a um nível que nunca fora ainda atingido por qualquer civilização. O mesmo dava-se com respeito às suas residências e com as obras públicas destinadas a seu uso. O consumo suntuário, a construção civil, as obras públicas e a manutenção do exército representavam as parcelas mais dinâmicas da procura na economia romana, unindo-se a elas o consumo alimentar das grandes cidades.

O comércio atingiu no Império proporções nunca antes igualadas, nem no apogeu das civilizações comerciais anteriores. Afora a própria Roma, centro político e financeiro de toda a área sob seu domínio, outras cidades desenvolveram-se como centros comerciais de importância, rivalizando entre si em movimentação e riqueza. Entre estas merecem destaque Alexandria, Antióquia, Éfeso, Corinto e Cartago, cidades que antes da conquista romana já haviam tido grande importância, e Lugdunum, atual Lião, fundada após a conquista da Gália, e transformada em seu centro comercial.

As atividades comerciais eram muito facilitadas pela unidade política. Nenhuma barreira alfandegária interferia com o livre trânsito de mercadorias dentro das fronteiras do Império. O poderio militar romano havia extirpado a pirataria das águas do Mediterrâneo já desde os dias de Pompeu, no século I a.C. Algumas dezenas de milhares de quilômetros de estradas ligavam entre si todas as províncias. Estas estradas, construídas e mantidas pelo exército, obedeciam a finalidades estratégicas, quer para a rápida movimentação das tropas, quer para permitir comunicações seguras entre Roma e as províncias, mas facilitavam enormemente o comércio, permitindo o desenvolvimento em regiões não atingidas pelas rotas marítimas tradicionais.

Ainda que a maior parte do comércio romano fosse realizada dentro do âmbito do Império, seus negociantes mantinham contatos com todos os povos vizinhos, principalmente na Ásia. As rotas terrestres entre a Mesopotâmia e a China foram reativadas. A seda chinesa era um dos principais artigos importados, e algumas manufaturas do Império chegavam aos mercados chineses. Outra rota, cujo desenvolvimento foi acentuado, era a do mar Vermelho. O canal que ligava o Nilo aos lagos

Amargos e estes ao Golfo de Suez, aberto pelos persas, talvez sobre um leito anterior, originário do Novo Império egípcio e posteriormente abandonado, foi ampliado e dragado. Através desse canal os navios mercantes passavam do Mediterrâneo ao mar Vermelho, alcançando os portos hindus.

Um exemplo da riqueza e do desenvolvimento do comércio romano é o complexo portuário construído em Óstia, na foz do Tibre, ampliado depois com a construção de Portus Augustus, um pouco ao norte. O sistema incluía canais, bacias artificiais, molhes e quebra-mares, uma ilha artificial com um grande farol, e enormes armazéns para grãos, por onde passavam os cereais importados do Egito e de Cartago para o consumo da cidade de Roma.

A decadência da civilização romana — A partir do reinado de Marco Aurélio, no final do século II, a economia romana entrou numa crise de grandes proporções, ainda que de evolução lenta. A expansão havia cessado no início do império, quando foi completada a conquista da bacia do Mediterrâneo. As tentativas de submeter as tribos germânicas além do Reno foram abandonadas após a derrota romana na floresta de Teutoburgo, no ano 9. A expansão rumo ao oriente foi barrada pelas partas, impedindo a conquista da Mesopotâmia. Ao começar o século II fazem-se tentativas de ampliação das fronteiras, com a conquista da Dácia por Trajano, em 107, e logo em seguida a da Mesopotâmia por Adriano, entre 115 e 117. Finda esta última campanha, com a retirada romana, as fronteiras voltam a estabilizar-se.

Os dois primeiros séculos do Império correspondem portanto a um período de apogeu em que o excedente é cada vez menos aplicado na expansão do sistema como um todo. Como o excedente é apropriado por uma pequena parcela da população, isto leva a uma crescente aplicação em gastos suntuários, quer de consumo, quer com obras públicas.

O que manteve a economia em crescimento ao longo desse período foi a integração de suas diversas partes. O Império era formado por diversas economias, umas agrícolas, outras comerciais, a maioria em estágios intermediários entre os dois extremos. Com a unificação do mercado decorrente da conquista romana iniciou-se um processo de concorrência e especialização dessas diversas economias, com a conseqüente relocação de recursos e a ampliação do comércio interno. Enquanto esse processo funcionou a economia manteve sua expansão interna, apesar da perda de seu dinamismo básico, até que, finalmente, a falta deste, em si o condicionador desse tipo de economia, liquidou com aquele. Para livrar-se desse destino Roma teria que criar um mercado interno crescente,

o que era totalmente impossível para uma economia baseada em relações de produção escravagistas.

A decadência econômica rompeu a estabilidade política. Nos dois primeiros séculos houve dezesseis imperadores, até Marco Aurélio, e inclusive este. No século seguinte houve vinte e três, sem contar os que reinaram simultaneamente, e em grande parte foram chefes militares, representando os interesses das regiões onde seus exércitos estavam aquartelados, e muitos deles não eram romanos, nem pertenciam à classe dominante tradicional.

A desagregação política e as sucessivas lutas internas dela decorrentes, aceleraram ainda mais a crise econômica. Alguns imperadores, principalmente Diocleciano, que tentou estabelecer um planejamento estatal centralizado, e Constantino, que reorganizou a base política e jurídica do Estado romano, tentaram impedir a decadência. Era impossível. As medidas de Diocleciano, principalmente no que se refere a um rígido tabelamento de preços e salários, à construção de obras públicas para criar empregos e absorver a mão-de-obra desocupada e a estatização dos empreendimentos privados que abasteciam o exército, trouxeram alívio temporário. Com Constantino, no início do século IV, oficializou-se a divisão do Império em duas partes para fins administrativos. Esse sistema fora tentado por Diocleciano, que governara de Nicomédia, na Ásia Menor, e será consolidado com a fundação de Constantinopla, no local da antiga Bizâncio, na entrada meridional do Bósforo. Esta cidade, cuja construção foi iniciada em 324, e concluída seis anos depois, transforma-se em sede do poder imperial, enquanto um co-imperador permanece em Roma.

Em 395, com a morte do imperador Teodósio, o Império é dividido definitivamente, rompendo-se a unidade política entre as bacias ocidental e oriental do Mediterrâneo.

Paralelamente à desagregação econômica e política da civilização romana decaiu seu nível cultural. As ciências e as artes, que na fase do apogeu haviam alcançado e ultrapassado o nível da civilização helenística, voltam a regredir. Ao mesmo tempo, e como decorrência da unidade política que Roma havia imposto aos diversos povos do Mediterrâneo, surgiria e se consolidaria, na esfera da ideologia, um fator de unidade que iria sobreviver ao Império e à civilização que o havia gerado. Trata-se da religião cristã.

O Cristianismo — Todas as grandes religiões surgidas até então eram baseadas nas crenças e superstições próprias a cada civilização ou cada povo; eram o produto da evolução histórica desses povos e dessas

civilizações, e suas concepções sobre o mundo incorporavam o sentimento de diferenciação entre cada povo e os demais.

Os deuses das religiões antigas tinham também uma origem histórica específica, ligada a fatos e locais da vida dos povos que os adoravam. O mesmo pode dizer-se com relação a seus rituais e cerimônias. Em sua grande maioria não tinham condições de sobreviver fora das condições que os haviam gerado.

A unidade política imposta pelos romanos e as condições básicas de sua economia enfraqueceram as religiões locais, sem que Roma gerasse uma forte religião própria capaz de substituí-las. As concepções religiosas romanas aproximavam-se muito das gregas, não apenas pelas duas civilizações terem iniciado sua evolução em estágio muito semelhante, mas também por seus povos terem uma origem comum. Já na fase final da república a classe dominante romana havia alcançado o mesmo grau de irreligiosidade que encontramos em Atenas em seu apogeu, e pelas mesmas razões. É óbvio que essa religião não podia aspirar a tornar-se fator dominante no Império. Criou-se um vácuo na esfera religiosa.

Esse vácuo foi maior nas duas classes básicas da sociedade romana, a dos proprietários e a dos escravos. Aqui, e em escala muito maior, repetiu-se o fenômeno que já analisamos na civilização helenística. À exceção dos períodos imediatamente posteriores à conquista de cada povo, a lei romana imperava nas províncias, tratando a todos como iguais, dentro de sua classe social. A própria cidadania romana foi aos poucos estendida até compreender toda a classe dominante, fosse qual fosse sua origem ou sua raça. As cidades do Império, principalmente as maiores, transformaram-se em centros cosmopolitas; as viagens, quer a recreio ou a negócios, eram freqüentes; e os casamentos entre pessoas de raças e povos diferentes, bastante comuns. Com tudo isso, romperam-se as barreiras que isolavam os povos, dando lugar a uma concepção universalista do homem.

O mesmo ocorria no pólo oposto da escala social. Os escravos eram todos iguais. As oficinas, as minas e os latifúndios eram ainda mais cosmopolitas do que as cidades. Pessoas de todas as origens trabalhavam juntas, casavam-se entre si e compartilhavam o mesmo destino. Aqui também nasceu uma concepção universalista do homem, só que em bases bem diferentes, e alcançando um número muito maior de indivíduos.

Entre a classe dominante o vácuo religioso foi preenchido de várias formas. Houve um florescimento das diversas escolas filosóficas de origem grega, que já encontramos na civilização helenística, principalmente a dos estoicos, aprofundada por Sêneca, Epicteto e Marco Aurélio. O mesmo ocorreu com as religiões orientais, principalmente o culto de Ísis.

Mas o fenômeno mais importante da época foi a ampla aceitação de cultos exóticos, conhecidos como *mistérios*. Estes cultos, em sua grande maioria de origem oriental, transformaram-se em moda, e muitos deles eram orientados com fins unicamente comerciais. Misturavam-se aqui elementos ritualísticos copiados das religiões egípcias e mesopotâmicas, fórmulas místicas e esotéricas, astrologia, quiromancia e curas milagrosas, assim como todas as formas possíveis de superstição e feitiçaria.

Entre os escravos o vácuo permaneceu por muito tempo. Após a derrota de Espártaco não houve mais grandes revoltas. Com a diminuição do ritmo de expansão geográfica da economia romana houve cada vez menos escravos novos, isto é, homens arrancados da liberdade e jogados no cativo, passando a predominar os nascidos escravos ou pessoas já criadas no regime escravagista. Muitos foram influenciados pelos movimentos religiosos que atingiam a classe dominante, principalmente os escravos domésticos, mas a maioria permaneceu à espera de alguma coisa muito forte e poderosa que lhes oferecesse uma saída à sua condição, já que haviam perdido a esperança de consegui-la por suas próprias mãos.

Aqui medrou o Cristianismo. As concepções filosóficas básicas da nova religião tinham suas raízes no monoteísmo hebreu, fortemente influenciado pelas concepções universalistas helenísticas, que encontraram resposta nos setores menos ortodoxos do pensamento judeu. Há que considerar que os hebreus eram simultaneamente um povo comercial e pastor, possivelmente aquele em que esses dois extremos estavam mais próximos um do outro. É importante também lembrar que, por sua própria tradição comercial, muitos judeus viviam nas principais cidades do Império, principalmente na Ásia Menor. Quando da destruição de Jerusalém em 70 já haviam mais judeus fora da Palestina do que nela, e os que então saíram, quer como refugiados, quer como escravos, levaram consigo algumas idéias religiosas consideradas heterodoxas pela maioria dos judeus.

As primeiras notícias históricas do Cristianismo o apresentam como uma seita judaica nas cidades da Ásia Menor. Seu rompimento definitivo com o judaísmo abre-lhe a possibilidade de converter pessoas de outras nacionalidades; sua ênfase na igualdade dos homens, na fraternidade, no amor e na justiça, e seu repúdio aos exploradores, assim como sua mensagem de esperança na vinda de um messias libertador e salvador de todos os homens, abrem-lhe o caminho dos escravos e de outras classes oprimidas.

A crescente importância do Cristianismo, e a ameaça que representava para a ordem social romana, é comprovada pelas perseguições ofi-

ciais, iniciadas ao final do século III, e que alcançam seu apogeu com Diocleciano. Até então o Estado romano tinha demonstrado a mais completa tolerância com todas as religiões, mas a influência cultural oriental, baseada nas concepções das civilizações agrícolas, exigindo que o Imperador fosse adorado como deus, passaram a dominar na fase de decadência. Os cristãos representavam por essa época o mais importante dos grupos que se opunham à deificação dos governantes, dando motivo para as perseguições.

Mas o Cristianismo também penetrara nas classes dominantes, ainda que muito mais lentamente, e sofrendo profundas alterações em algumas de suas concepções básicas. Após o reinado de Diocleciano sua influência política já era grande, cessando as perseguições e obtendo, pelo Edito de Tolerância, em 311, seu reconhecimento como religião legal. Em 313 o imperador Constantino, pelo Edito de Milão, assegura a plena liberdade religiosa. O mesmo Constantino, tentando sedimentar e unificar as diversas concepções filosóficas e religiosas que caracterizavam o Cristianismo de então, convoca uma reunião de todos os chefes de comunidades cristãs. A reunião realiza-se em Nicéia, na Ásia Menor, em 325, e dela resulta a consolidação do Cristianismo na forma em que o conhecemos, sendo absorvidas muitas concepções oriundas de outras religiões orientais, principalmente o mitraísmo e o maniqueísmo, cuja popularidade chegara em certas épocas a ameaçar a crescente predominância cristã.

O Concílio de Nicéia não resolveu todas as disputas internas do Cristianismo, pois as correntes derrotadas, agora consideradas heréticas, continuaram a defender seus pontos de vista, sendo que algumas dessas concepções nunca desaparecerão inteiramente. Em compensação, os resultados de Nicéia levaram à oficialização do Cristianismo. Constantino foi batizado antes de morrer e todos os imperadores seguintes, com exceção de Juliano, foram cristãos. No reinado de Teodósio, ao final do século IV, o Cristianismo é transformado em religião do Estado e todas as outras religiões são proibidas.

Dinâmica econômica das civilizações comerciais

As características formais da dinâmica econômica das civilizações comerciais são muito semelhantes às que analisamos nas civilizações agrícolas. Parte-se aqui também de um nível baixo de atividade econômica para uma fase de expansão em que o excedente gerado é predominantemente aplicado no aumento da capacidade produtiva, até chegar a um ponto em que isso é impossível, quando então, parcelas cada vez maiores do excedente são desviadas para gastos suntuários ou investimentos im-

produtivos. Apesar dessa fase manter ainda um certo dinamismo, e de caracterizar-se como de apogeu, a cessação de expansão, acompanhada pela manutenção do crescimento demográfico, leva à estagnação e à decadência, com a desagregação política delas decorrente acelerando ainda mais a queda, queda esta que nunca vai ao ponto original de partida.

Aqui, como nas civilizações agrícolas, o fator decisivo é a aplicação do excedente, que está, por sua vez, condicionada à sua apropriação.

Mas as semelhanças cessam aí. Nas economias de base agrícola a expansão pode prosseguir enquanto for possível adicionar novas terras ao cultivo. Nas economias de base comercial o fator terra é substituído pelo fator mão-de-obra escrava. A expansão só pode prosseguir enquanto for possível escravizar novas populações. Dito em outras palavras: enquanto for possível garantir a continuidade de suprimento de novos escravos, pela conquista e escravização de novas populações. Nem o crescimento natural da população escrava, limitado pelas condições de vida e trabalho do próprio escravagismo, nem a escravização de populações em estágios anteriores, já incorporadas ao processo produtivo de Estados comerciais, podem garantir a continuidade da expansão.

Quando a possibilidade de incorporar novos escravos cessa, chegou-se ao apogeu. O crescimento natural e a escravização interna garantem, quando muito, a estabilização da economia, até que forças internas ou externas comecem a provocar a desagregação que leva ao declínio final.

A impossibilidade de escravizar novas populações dá-se; ou quando, ao nível tecnológico da época, não é possível conquistar uma determinada região, como no caso dos romanos em relação à Pártia, ou quando as regiões limítrofes não possuem população suficiente, como no caso dos cartagineses em relação às terras ao sul das que ocupavam, ou, ainda, quando as regiões limítrofes pertencem a Estados militarmente mais fortes.

Entre os casos históricos concretos, o único em que esta limitação básica aparece com clareza é o de Roma. Nos outros casos fatores externos, tais como a decadência das civilizações agrícolas cujo estímulo fora a razão de ser de sua expansão, a conquista externa ou a submissão a Estados mais poderosos, ou a concorrência de outra civilização comercial, foram os responsáveis pela estagnação ou a decadência. Mas em qualquer desses casos, a não-interrupção da expansão por essas causas externas levaria inelutavelmente à limitação final, quando viesse a ser impossível escravizar novas populações.

Sem escravos não teria sido possível o apogeu das civilizações comerciais, com eles esse apogeu tinha de ser curto e efêmero.

RESUMO

1. O comércio desenvolve-se inicialmente dentro das civilizações agrícolas, principalmente em função da demanda da classe dominante.
2. Nas economias agrícolas o comércio é uma atividade secundária, e a classe dos comerciantes nunca consegue poder político.
3. Com o crescimento dos níveis de atividade econômica o comércio se expande. Em algumas regiões, por sua posição estratégica, o comércio passa então a ser a atividade principal. Isso ocorre nas economias em estágio evolutivo inferior ao das civilizações agrícolas, e em função da demanda delas.
4. A primeira civilização onde o comércio é importante, ainda que não dominante, é a egípcia, cuja base é Creta.
5. As primeiras civilizações nitidamente comerciais são a aramáica e a fenícia.
6. A necessidade de produzir em grande escala, para o mercado, e não mais para o consumo próprio ou local, faz com que as civilizações comerciais baseiem seu desenvolvimento no trabalho escravo. Elas são escravagistas.
7. As necessidades de comunicação decorrentes do comércio levam ao aperfeiçoamento da escrita fonética e do alfabeto.
8. As necessidades decorrentes do comércio levam à cunhagem das primeiras moedas e à generalização de seu uso, assim como às primeiras instituições financeiras.
9. Com o desenvolvimento do comércio a classe dos comerciantes torna-se dominante, assumindo o poder político. As condições objetivas em que se processa essa evolução fazem com que essa classe substitua as formas monárquicas hereditárias por formas republicanas eletivas do governo.
10. A primeira grande civilização comercial é a grega, e tem seu centro em Atenas, que alcança seu apogeu no século V a.C.
11. Após a decadência ateniense, a cultura grega difundia-se por todo o Mediterrâneo Oriental, formando a chamada civilização helenística.
12. Enquanto isso, no Mediterrâneo Ocidental, desenvolvem-se outras civilizações comerciais, a etrusca, a cartaginesa e a romana.

13. Com o triunfo de Roma sobre Cartago, no século II a.C., e a conquista romana do âmbito helenístico, no século seguinte, toda a bacia do Mediterrâneo é unificada política e economicamente.
14. O apogeu da civilização romana dura dois séculos, iniciando-se sua decadência no século III.
15. As modificações da base econômica trazida pelo comércio permitiram a libertação do homem, diminuindo sua dependência em relação à natureza e aumentando sua capacidade de entendê-la e dominá-la.
16. A principal característica das culturas das civilizações comerciais é a crescente importância do indivíduo.
17. As civilizações comerciais apresentam um grande desenvolvimento científico e artístico.
18. Os contatos entre povos diferentes geram o cosmopolitismo, tanto entre a classe dominante como entre os escravos.
19. O cosmopolitismo destrói as religiões tradicionais, todas elas próprias a um único povo.
20. No vácuo criado pelo enfraquecimento das religiões tradicionais surge e se desenvolve o Cristianismo, a primeira religião universalista, que no século IV é aceita como religião oficial do Império Romano.
21. A dinâmica econômica das civilizações comerciais é formalmente semelhante à das agrícolas. A diferença está no fator limitativo, que aqui é a possibilidade de escravizar novas populações, mantendo um fluxo continuado de novos escravos. Quando isso é impossível, cessa o dinamismo.

QUESTIONÁRIO

- 1) Qual a classe dominante dos Estados fenícios e por quê?
- 2) Onde viviam os minoanos e com que regiões comerciavam?
- 3) Qual a origem e o destino de Tróia, e qual sua importância?
- 4) Quem eram os arameus, e qual seu papel na história do Oriente Médio?
- 5) Quais as relações de produção típicas das civilizações comerciais e por quê?

- 6) Quais os fatores econômicos que limitavam a expansão das civilizações comerciais?
- 7) Por que o consumo supérfluo e as aplicações em obras suntuárias crescem antes do início da decadência das economias comerciais?
- 8) Quais as principais diferenças entre a servidão e a escravidão?
- 9) Descreva a evolução da religião nas civilizações comerciais.
- 10) Descreva o processo de evolução política das civilizações comerciais.
- 11) Qual a importância da civilização helenística?
- 12) Por que o alfabeto somente foi desenvolvido nas civilizações comerciais?
- 13) Quais as principais causas da rivalidade entre Roma e Cartago?
- 14) Quais as principais diferenças entre as bases econômicas de Atenas e de Esparta?
- 15) Que sabe sobre a origem, o comportamento, as lutas e as aspirações dos escravos na economia romana?
- 16) Descreva a estrutura econômica do Império Romano, comentando seus principais aspectos.

Capítulo IV

O FEUDALISMO EUROPEU

Origens — Civilizações contemporâneas — Evolução política — Características econômicas e sociais — Evolução do comércio medieval.

O debilitamento do Império Romano permitiu a invasão da Europa Ocidental por tribos bárbaras vindas do norte e do leste. Mais uma vez uma civilização avançada provocava, em sua queda, um retorno a estágio mais primitivo de desenvolvimento. A autoridade romana desintegrou-se, e com ela a unidade econômica e política da região; os hábitos de consumo suntuário reduzem-se e a economia de mercado quase desaparece, com o que as atividades comerciais contraem-se a um nada, desaparecendo com elas a necessidade de produzir em grande escala. Cada comunidade volta-se sobre si mesma, as cidades despovoam-se, e os grandes latifúndios passam a produzir para a subsistência local.

Tal como em todos os casos semelhantes até então ocorridos, os povos invasores assumem o poder político, e a vida social é reorganizada dentro do condicionamento dado pela involução da base econômica. Tal como nos outros casos, os povos invasores absorvem a cultura mais avançada da civilização conquistada, adequando-a à sua própria.

Entre os elementos culturais absorvidos está a religião oficial, que por suas características próprias transforma-se não apenas no maior fator de unidade, como também em guia do lento processo de recuperação dos estágios evolutivos perdidos.

Nada na história da Europa medieval justificaria que lhe déssemos maior atenção do que a qualquer outro período semelhante, não fosse o fato de que, da ação das forças contraditórias que nela se desenvolveram, surgiram as bases de um novo tipo de civilização.

Durante os dez séculos de feudalismo a Europa permaneceu à margem da evolução da humanidade, ultrapassada de longe por outras civilizações, com algumas das quais manteve contatos regulares, reabsorvendo destas muito do que havia perdido quando de sua decadência.

Origens do feudalismo europeu

Desde o Paleolítico que a Europa veio sendo invadida por sucessivas ondas migratórias provenientes do leste. Este foi o caminho seguido pelos antepassados dos gregos e dos itálicos, assim como pelos celtas, povo este que, à época da expansão romana, formava a maioria das populações entre a península Ibérica e o vale do Reno, incluindo as ilhas Britânicas.

Após os celtas vieram os germânicos. No século I a.C. já haviam ocupado todas as terras à margem direita do Reno e iniciavam sua travessia. A ocupação romana da Gália e a consolidação das fronteiras do Império ao longo do Reno e do Danúbio impediram seu avanço, forçando-os a estabelecerem-se em comunidades agrícolas primitivas, em íntimo contato com a civilização romana. A estrutura tribal foi consolidada em reinos e muito da cultura romana foi absorvido já então.

Apesar do limite imposto a sua expansão, houve uma contínua migração pacífica para dentro das fronteiras do Império, onde muitos germânicos estabeleceram-se como agricultores ou foram contratados como mercenários pelos exércitos das províncias. Alguns choques armados esporádicos fizeram com que muitos outros fossem capturados e transformados em escravos.

No final do século IV nova onda migratória pressiona desde a Ásia, os hunos, povo de origem mongólica que se achava nos primeiros estágios de evolução da economia pastoril. Com o ímpeto de seu avanço os hunos forçam a relocação de quase todos os povos germânicos. Os ostrogodos são expulsos das estepes entre o Don e o Dnieper, e os visigodos da Dácia, obtendo estes, em 376, autorização para ocupar terras do Império ao sul do Danúbio.

A pressão dos hunos, as necessidades de novas terras sentidas por certos povos germânicos e, sobretudo, o enfraquecimento do Império, mais sensível em suas províncias ocidentais, fizeram com que em pouco mais de um século o mapa político e étnico da Europa fosse radicalmente alterado. Os visigodos, ressentidos com a exploração tributária romana, rebelam-se contra o Império, derrotam suas forças em Adrianópolis, em 378, e marcham para a Itália, onde ocupam e saqueiam Roma em 410, seguindo depois para a Espanha, onde fundam um reino independente que inclui toda a península. Os vândalos, expulsos das planícies do médio Danúbio, atravessam a Gália e a Espanha e vão estabelecer seu próprio reino na África do Norte, de onde saqueiam Roma em 455. Os ostrogodos, chefiados por Teodorico, cruzam os Alpes e ocupam a Itália, onde mercenários germânicos chefiados por Odoacro haviam de-

posto o último imperador ocidental em 476. O reino ostrogodo será conquistado no século seguinte por um outro povo invasor, os longobardos.

Enquanto isso, o mais numeroso e organizado dos povos germânicos, os francos, conquista a maior parte da Gália; os burgúndios estabelecem-se no vale do Ródano; os alamanos entre o Reno e o Danúbio; os suevos no noroeste da Espanha; os saxões entre o Reno e o Elba, de onde, junto com os anglos e os jutes, conquistam o que hoje é a Inglaterra.

Ao encerrar-se o século VI o novo mapa da Europa Ocidental estava estabilizado. Os hunos, após errarem por quase todo o continente, haviam sido derrotados pelos novos reinos germânicos, estabelecendo-se na Panônia, de onde desapareceriam da História, substituídos pelos ávaros e depois pelos magiares. Outras ondas mais recentes já começavam a movimentar-se, mas nenhuma delas teria condições de disputar aos germânicos o controle das terras ocidentais, permanecendo em vários estágios de agricultura primitiva até que a expansão da civilização européia fosse alcançá-los. Entre estes estavam os diversos povos eslavos.

Enquanto isso, um a um, os reis e povos germânicos iam sendo convertidos ao Cristianismo. A mais importante dessas conversões foi a dos francos, cujo rei, Clóvis, foi batizado em 496. Com isso a autoridade religiosa firmou-se, estabelecendo-se definitivamente a ascendência do bispo de Roma como chefe da igreja cristã.

Outro importante elemento logo absorvido pelos germânicos foi a escrita, o que permitiu seu acesso à cultura romana, ao mesmo tempo em que, nas regiões onde se estabeleciam, seus idiomas misturavam-se com o latim, dando origem às línguas neolatinas.

Enquanto todo esse turbilhão assolava a Europa, a base econômica da civilização romana, já em declínio, entrava em rápida desagregação. Os fatores que haviam feito surgir e desenvolver-se uma economia de mercado integrada desaparecem. Com o desaparecimento da economia de mercado cessa a demanda por produções em grande escala, desaparecendo as bases econômicas do escravagismo. As contínuas guerras e invasões, com seus saques e pilhagens, destruição e morte, rompem a estrutura jurídica criada pelos romanos, eliminando as forças que garantiam a ordem pública e deixando as populações urbanas e rurais à sua própria mercê.

As cidades foram as que mais sofreram. Com o rompimento da estrutura econômica reduziram-se, ou mesmo cessaram de todo, as razões de sua existência. A queda da demanda por artigos manufatura-

dos e por serviços pessoais provocou o desemprego em massa, reduzindo a renda disponível da população, ao mesmo tempo em que o rompimento da estrutura da comercialização reduziu a oferta de alimentos vindos do campo, aumentando-lhes os preços. Isso levou centenas de milhares de pessoas a abandonar as cidades, buscando refúgio e alimento nos campos.

Nas zonas rurais, por sua vez, os grandes latifúndios perderam sua razão de ser, e suas terras passaram a ser utilizadas para a produção de alimentos. A agricultura de mercado foi substituída pela de subsistência.

A população do Império já se havia reduzido a partir do século IV em decorrência de sucessivas epidemias. As invasões, além de provocarem milhares de mortes diretas, reduziram ainda mais a população pela fome, pela redução das taxas de natalidade e, sobretudo, pelo grande ciclo epidêmico de peste bubônica provocado pelo rompimento da precária estrutura sanitária existente, e que assola a Europa em ondas ao longo da primeira metade do século VI.

A redução da população, que não foi nem de perto compensada pela entrada dos povos germânicos, liberou grandes extensões de terras, pelo que a ruralização da população urbana não encontrou grandes óbices nem provocou maiores conflitos.

As comunidades agrícolas organizaram-se geralmente no modelo das comunidades primitivas, regime que já predominava nas regiões mais afastadas e atrasadas do próprio Império. Ali onde as terras foram ocupadas por agricultores germânicos o regime foi o mesmo, pois esse era o estágio em que se encontravam os povos invasores.

É sobre essa base que se monta o feudalismo. Os reis conquistadores, ao fixarem-se em um determinado território, reservam para si parte das terras, cobrando tributos das aldeias nelas incluídas, e entregam a seus principais chefes as restantes, sendo que em muitos casos estes ainda dividem sua parte entre seus próprios seguidores.

Cada novo senhor tratará de organizar as terras sob seu controle, estabelecendo os vários tipos de obrigações de seus habitantes em relação a ele, assumindo ao mesmo tempo funções administrativas, judiciais e de defesa.

Nem todos os senhores serão necessariamente chefes bárbaros. Nas regiões onde a agricultura comunitária já predominava, o feudalismo evoluirá de suas bases locais. Por outro lado, nem todas as regiões ocupadas por povos germânicos, passarão imediatamente ao feudalismo, per-

manecendo algumas muito tempo ainda no estágio das comunidades agrícolas.

Em muitas regiões as terras pertencerão à Igreja, às autoridades eclesiásticas locais ou a ordens monásticas. Em qualquer caso a concepção dominante era a de que os servos deviam entregar aos senhores uma parcela de seu excedente suficiente para mantê-los, recebendo em troca a proteção e a segurança necessárias a seu trabalho.

Após a sedimentação dos estados germânicos, a partir do final do século VI, as diversas formas de relações entre senhores e servos começaram a consolidar-se, dando gradativamente origem ao complexo sistema que predominaria mais tarde. Esta evolução foi mais rápida no reino franco, onde as instituições feudais já estão firmemente estabelecidas no século VIII, de onde serão levadas à Alemanha e à Itália.

Civilizações contemporâneas

Durante os dez séculos em que a Europa Ocidental permaneceu no estágio da agricultura feudal, diversas outras civilizações alcançaram grande desenvolvimento em outras partes do mundo. Todas elas, em seus períodos de apogeu, alcançaram estágios evolutivos muito mais avançados do que o predominante na Europa, sendo que, em alguns casos, as forças produtivas chegaram a ultrapassar os níveis alcançados pela civilização romana. Duas dessas civilizações merecem maior atenção por terem estado intimamente ligadas à européia, entrando inclusive em conflito com ela. Referimo-nos às civilizações bizantina e árabe.

O Império Bizantino — A civilização bizantina nada mais é do que a continuação da civilização romana no Mediterrâneo Oriental. Com a fundação de Constantinopla, e a posterior divisão do Império, consolidou-se politicamente uma tendência que já se manifestava desde o século II — a de que a economia do Mediterrâneo Oriental era mais forte e rica do que a das províncias ocidentais. Sendo a região mais povoada, e já estando integrada desde a época da civilização helenística, a decadência foi aqui muito mais lenta, além de que era por aqui que se processava a maior parte do comércio externo do Império, principalmente com a Ásia.

Após a separação definitiva, em 476, e a perda das províncias ocidentais, ao longo dos séculos V e VI, a região atravessa uma nova fase de prosperidade, provocada principalmente pela necessidade de substituir pela produção interna as matérias-primas e artigos manufaturados que deixaram de vir do Ocidente.

O apogeu da civilização bizantina dá-se nos séculos VI e VII, principalmente no reinado de Justiniano, de 527 a 565. Além de manter seus

territórios orientais, o Império reconquista aos germânicos o norte da África, o sul da Espanha, as ilhas do Mediterrâneo Ocidental e o sul e o leste da Itália.

Essa fase é encerrada pela expansão árabe, que ao final do século VII arrebatou ao Império todas as províncias da margem meridional do Mediterrâneo, da Síria à Espanha. Novas fases curtas de expansão são cortadas por outras invasões, como a búlgara, que ameaçou as fronteiras setentrionais, chegando a seu apogeu no século IX, e a dos turcos seljuques, que a partir do século IX conquistam a maior parte dos planaltos da Anatólia. No século XIII Constantinopla foi ocupada por forças dos Estados cristãos do Ocidente, que ali organizaram um reino de efêmera duração, de 1204 a 1261. Após a reconquista há novo período de prosperidade, até que a crescente expansão dos turcos otomanos leva ao desaparecimento do Império, em 1453.

Durante todo esse período Constantinopla foi o centro comercial mais importante de toda Europa. A cidade monopolizava o comércio da seda, sendo que suas oficinas produziam tecidos que eram exportados para todo o continente. A matéria-prima era importada da China, de onde vinham muitos outros produtos. O caráter comercial da economia bizantina manteve-se até o final, ainda que as grandes fases de instabilidade política e de guerras reduzissem pouco a pouco os mercados internos. Em certas épocas novos mercados externos foram abertos, principalmente no norte da península balcânica e nos Estados eslavos da atual Rússia.

Até o século XIII a moeda bizantina, o numisma, manteve seu valor em relação ao ouro e circulava fora do Império, mantendo-se como moeda forte em todo o Mediterrâneo e no Oriente Médio. Constantes desvalorizações, a substituição do ouro pelo latão na cunhagem das moedas, e a conquista latina, fizeram com que o numisma perdesse sua convertibilidade. Já a partir do século XI, apesar de Constantinopla manter sua posição como centro comercial, a maior parte do comércio foi passando gradualmente para o controle de negociantes originais das cidades italianas, cuja expansão então começava.

Apesar de considerar-se como continuação do Império Romano, o Estado bizantino tinha características próprias. A cultura era predominantemente grega, sendo essa a língua oficial. A influência religiosa era muito grande, principalmente após o Cisma de 1054, quando as igrejas orientais separaram-se de Roma.

Os árabes — A civilização árabe evoluiu lentamente nas escassas terras férteis e amplas estepes da região ocidental da península que leva seu nome. Ainda que a maior parte da população vivesse da criação de

gado e da agricultura, a localização da região, às margens do mar Vermelho, estimulou desde cedo as atividades comerciais. Ao longo do tempo fizeram-se sentir aqui influências gregas, romanas, judaicas, bizantinas e persas, sendo que, no século IV, a parte meridional foi anexada temporariamente pelo reino cristão etíope de Axum. Nas principais cidades de toda a região, principalmente Meca e Medina, situadas em sua parte central, as atividades comerciais predominavam.

Tanto a influência judaica e cristã quanto as condições específicas da história árabe, com a proximidade dos estágios pastoril e comercial, levaram aqui, como antes ocorrera na Palestina, ao surgimento de uma religião monoteísta de concepção universalista.

Após 622 Maomé funda, não apenas uma religião, mas também um Estado que procura unificar as diversas tribos e pequenas monarquias em que estava então dividido o povo árabe. Seus sucessores iniciam um processo de expansão militar que em poucas décadas leva à conquista do Egito, da Síria, do Império Sassânida, que substituíra o reino parta na Mesopotâmia e no Irã, e de outras regiões da Ásia Ocidental, alcançando a Índia em 643. A expansão dirigiu-se também para o oeste, levando à conquista da África do Norte e à invasão da Espanha em 711. O reino visigodo da península Ibérica foi rapidamente dominado e a invasão só foi detida pelos francos, após a batalha de Poitiers, em 732.

A unidade política de todo esse enorme território foi logo rompida, mas a religião e a língua árabes fixaram-se como elementos comuns. Os diversos Estados governados pelos descendentes dos conquistadores tiveram evoluções diferentes, condicionadas por suas bases econômicas, sendo todos eles influenciados pela integração comercial que se estabeleceu entre as diversas regiões do mundo árabe.

Dos diversos Estados o mais importante foi o dos abássidas, sediado em Bagdad, que se manteve entre os séculos VII e XI, merecendo igualmente destaque os que surgiram em torno das cidades de Damasco, Cairo e Córdoba.

Os comerciantes árabes intensificaram as relações com a Índia, alcançando até a Indonésia, pelas rotas marítimas do oceano Índico, e a China, pela rota da seda. Por todas essas regiões difundiram o islamismo, cujo âmbito geográfico ultrapassou de muito os limites da expansão política de seus Estados.

Transformada em ponto de contato das mais avançadas civilizações da época, a civilização árabe assimilou conhecimentos de todas elas, aperfeiçoando-os em seus grandes centros de ensino, e adequando-os a suas necessidades. O caráter árido da maior parte de suas terras levou-os a aperfeiçoar as técnicas de irrigação e aos primeiros estudos científicos

da agricultura, o que permitiu o desenvolvimento da produção nos vales da Mesopotâmia, do Nilo, do Guadalquivir e em outros menores, a níveis até então nunca atingidos. De seus contatos com a Índia absorveram as bases de nossos atuais algarismos e, o que é mais importante, o emprego do zero. Aprofundaram o conhecimento matemático, destacando-se na álgebra e na trigonometria. Evolução semelhante dá-se na anatomia e na medicina, assim como na química. O desenvolvimento posterior dessas ciências na Europa deveu-se em grande parte à base transmitida pelos árabes.

Civilizações asiáticas — Durante os séculos em que na Europa predominava o feudalismo, a história indiana apresenta uma sucessão de guerras entre diversos Estados que disputavam entre si o domínio das principais regiões do país. Entre esses Estados merecem destaque os impérios comerciais marítimos dos cholas, que dominaram o sul da Índia e Ceilão, estendendo sua influência até a Maláia e a Indonésia, entre os séculos X e XIII; e de Vijainagar, que o sucedeu. A penetração islâmica levou ao predomínio dos sultanatos estabelecidos ao norte, dos quais o de Delhi será o mais importante, ampliando seu domínio pela maior parte do território indiano.

Enquanto isso a civilização chinesa voltava a atingir um período de apogeu, culminando com a reunificação de quase todo o país com a dinastia Song, a partir de 960. Apesar das novas invasões de povos pastores, desta vez os *jurchet*, de origem tungúsia, terem tornado a conquistar o norte, no século XII, obrigando a dinastia a mudar-se de Kaifong para Hang-tcheu, no Tche-kiang, reduzindo seu domínio às províncias meridionais, esta é uma das fases mais brilhantes da história chinesa.

Durante a dinastia Song, principalmente no reinado de Wang Nganche, o Estado assume o controle direto de grande parte das atividades econômicas, organizando-se orçamentos para a receita e a despesa pública e estabelecendo-se formas de tributação sobre os rendimentos da terra que muito se assemelham aos impostos diretos. Foi organizado um novo cadastro das propriedades rurais que, de certa forma, oficializava o total desaparecimento da propriedade comunal e sua substituição pelas grandes propriedades feudais.

No século XIII novos invasores chegaram, conquistando primeiro o reino que os *jurchet* haviam formado no norte, com capital em Pequim, e em seguida toda a China. Estes eram os mongóis, chefiados primeiro por Gêngis Khan e posteriormente por Kublai Khan. Completada a conquista com a submissão da região em torno de Cantão, em 1279, os mongóis transformaram-se em senhores do Império, absorvendo a cultura chinesa. Sua dinastia será conhecida como Yuan e governará até

1368. É nessa época que a expansão comercial européia levará Marco Polo até Pequim, trazendo de volta as primeiras imagens concretas que a Europa terá da civilização chinesa.

Ainda contemporâneo ao feudalismo europeu é o surgimento do Estado japonês, ocorrido na parte meridional da ilha de Honshu, na planície de Yamato. Já no final do século VI, os clãs japoneses começaram a ser unificados politicamente pelos mais fortes entre eles. A influência cultural chinesa era então muito acentuada, levando à formação do Império, cuja primeira capital é a cidade de Nara, fundada especialmente para isso no início do século VIII. Ainda que a capital tenha sido transferida no final do século para Kioto, Nara manteve sua importância como centro religioso, dando nome a todo o primeiro período de centralização imperial. Como a superestrutura copiada da China não encontrava correspondência na base econômica do Japão de então, já no século XI o poder político passara aos senhores feudais, que o manteriam até o século XIX.

Outra civilização importante dessa época é a dos *kmer*, povo de origem hindu que se estabeleceu no vale do Mekong a partir do século IV, misturando-se com a população nativa de origem mongol. Os hindus chegaram até aqui pelas colônias que desde o século anterior haviam fundado na Maláia, em Sumatra e em Java, e que serviam de entrepostos para o comércio marítimo com a China.

A civilização *kmer* alcança sua unidade política no século IX, mantendo sua supremacia na península indo-chinesa até o século XIII, quando entra em decadência, perdendo a maior parte de seu território para os Estados tailandês e anamita. Sua base econômica era a agricultura feudal, sendo o arroz o produto principal, mas desempenhava papel importante no comércio entre a China e a Índia devido à sua posição estratégica sobre a rota marítima e as rotas terrestres meridionais. Sua capital, Angkor, abandonada no século XV, foi uma das grandes cidades da época.

Alguns outros exemplos poderiam ser analisados, mas esses completam o quadro das mais importantes civilizações contemporâneas do feudalismo europeu. É importante frisar que nessa época as civilizações, agrícolas ou comerciais, formavam um cinturão contínuo do Atlântico ao Pacífico, ao longo das latitudes médias do hemisfério Norte, e que essas civilizações mantinham contatos regulares entre si, de modo que os produtos de um extremo, passando de mão em mão, de negociante a negociante, podiam chegar ao outro. A partir do século VI existem comunidades cristãs nas províncias ocidentais da China; braceletes romanos foram encontrados em escavações no Camboja. Outro aspecto importante é que, em toda essa faixa, a civilização da Europa feudal era uma das mais pobres e menos importantes.

Evolução política da Europa feudal

O processo político europeu a partir do século VIII, quando os novos Estados já estão definitivamente consolidados e desaparece o perigo de novas invasões, pode ser resumido como uma constante tentativa de unificar politicamente todo o âmbito geográfico da civilização européia em um Estado agrícola centralizado, e uma igualmente constante disputa sobre a primazia do poder nesse Estado entre as diversas dinastias que tentavam organizá-lo, e de todas elas com o poder político do papado.

Apesar de dez séculos de lutas constantes, que muitas vezes transformaram-se em grandes guerras, a unificação nunca foi conseguida e isso porque a unidade era um objetivo ditado mais pela sobrevivência das concepções ideológicas da fase anterior do que pelas necessidades da base econômica. Esta condicionava a Europa ao estágio inicial da agricultura feudal, com todas as implicações políticas dela decorrentes. Nesse estágio a agricultura feudal não gerava o excedente necessário para manter um Estado centralizado, nem exigia esse Estado para gerar o excedente necessário à manutenção dos senhores de terra.

O reino franco — Por seus recursos naturais, sua localização estratégica e as condições específicas de sua geografia, o reino dos francos tornou-se em pouco tempo o maior e mais rico dos reinos medievais. Ao iniciar-se o século VII, sob a dinastia merovíngia, fundada por Clóvis, o reino franco incluía não apenas as terras entre os Pirineus e o Reno como também os vales do Meno e do Alto Danúbio.

No início do século VIII o reino foi ameaçado pela invasão árabe, interrompida em Poitiers. Carlos Martelo, vencedor dessa batalha, ocupava o cargo de mordomo, correspondente a chefe do palácio real, e era senhor de uma das províncias reais. O filho deste, Pepino, o Breve, depôs a dinastia merovíngia em 752, tornando-se rei.

A nova dinastia, conhecida como carolíngia, alcança seu apogeu no reinado de Carlos Magno, entre 768 e 814. As fronteiras do reino foram expandidas até incluir o reino da Itália, o norte da Espanha e a Saxônia, além de obter-se a submissão de vários povos do leste, entre os quais os boêmios, morávios, ávaros e croatas, e a dos últimos celtas da Bretanha. Mas o maior triunfo de Carlos Magno foi político, pois conseguiu que o Papa Leão III o coroasse imperador do que foi conhecido como Santo Império Romano-Germânico. Era o triunfo da idéia da restauração da unidade perdida.

Desprovido de base econômica que o justificasse, o Império não tardou a cindir-se. Após a morte de Luís, o Piedoso, em 840, seus filhos

lutaram por três anos pela supremacia dinástica, até que, em 843, pelo Tratado de Verdum, deu-se a divisão. Carlos, o Calvo, ficou com o chamado Reino Franco Ocidental, hoje França, com capital em Soissons; Luís, o Germânico, ficou com a margem oriental do Reno, incluindo a Saxônia, a Baviera e as províncias limítrofes orientais, chamadas marcas; Lotário ficou com o reino da Itália, a Borgonha e uma faixa de terra entre o Mosa e o Reno que incluía a capital imperial, Aix-la-Chapelle.

Várias guerras consecutivas alteraram esse mapa nos últimos anos do século IX. Os senhores feudais foram ampliando seus poderes às expensas dos reis. A dinastia carolíngia foi substituída na França pela dos Capetos ao final do século X. O reino Franco Oriental dissolveu-se, logo nos primeiros anos do século XI, e o poder político passou para os reis, príncipes, duques, barões, marqueses, margraves, landgraves e bispos, que eram os efetivos senhores de seus territórios. A partir de 911, caberá aos mais fortes dentre esses nobres a eleição do imperador, estando já a França completamente separada do Império.

Evolução do Império — Os séculos seguintes serão de luta constante entre os imperadores e os reis da França pelo domínio da Europa, cabendo ao papado o papel de fiel da balança, combatido pelo lado mais forte e cortejado pelo mais fraco.

Até o século XV o Império foi mais rico e poderoso do que a França. Apesar da frequência das guerras dinásticas e sucessórias, dos constantes conflitos com a Igreja, do fator desagregador representado pelo poder dos senhores feudais e da fraqueza dos laços econômicos entre seus diversos componentes, o Estado imperial chegou a alcançar momentos de apogeu, principalmente com a dinastia saxônica, nos séculos X e XI, e com a dos *Hohenstaufen*, nos séculos XII e XIII.

O conflito político mais importante de toda essa época opunha o Império ao papado. A cidade de Roma e as terras adjacentes, em certas épocas todo o centro da Itália, formavam os Estados da Igreja, fora dos domínios imperiais. A ação política era muito forte nos pequenos Estados italianos, principalmente na Toscana, que pertenciam ao Império. Mas estes aspectos eram secundários; o mais importante era a supremacia política sobre o Império em si. Apesar da aparente superioridade dos imperadores, derivada da maior riqueza de seus Estados, os papas tinham dois trunfos de grande valor — a sanção sobre a eleição dos imperadores, o que lhes permitia selecionar imperadores favoráveis e punir dinastias que se lhes opusessem, e a excomunhão, que ao ser lançada contra um soberano desobrigava seus súditos de toda e qualquer obediência. A importância desses instrumentos pode ser melhor aquilatada se tivermos em

mente que estamos tratando com uma civilização onde o papel da religião, como em todas as outras do mesmo tipo, era muito mais intenso do que nas civilizações comerciais.

A luta entre imperadores e papas foi complexa e rica em episódios interessantes. O apogeu da supremacia papal deu-se no século XI, culminando com o episódio de Canossa, quando Henrique IV, excomungado por Gregório VII, vê-se obrigado a ir a essa cidade pedir-lhe perdão. No início do século seguinte começa a longa luta entre os papas e os *Hohenstaufen*, pois a Igreja apoiara as pretensões imperiais de outra família. Desta luta surgem os termos guelfos e gibelinos, aplicados respectivamente aos que apoiavam o papado ou o Império, e que caracterizará os principais partidos políticos em luta nos Estados italianos. Os *Hohenstaufen* alcançam o apogeu de seu poderio com Frederico I, o Barba Ruiva, e com Frederico II, nos séculos XII e XIII respectivamente, extinguindo-se ao final desse último século.

O século XIV é palco de numerosas guerras sucessórias envolvendo as principais casas reinantes dos Estados alemães; muitos imperadores nunca chegam a ser formal e oficialmente coroados; a Itália é definitivamente perdida; aumenta o poder dos Estados alemães em detrimento da autoridade central e o colégio eleitoral que os representa passa a desempenhar papel cada vez mais decisivo, abolindo-se a sanção papal.

No início do século XV, uma nova dinastia, a dos Habsburgo, consegue a coroa imperial, mantendo-a até 1806, quando o Império é extinto. Mas a força dos Habsburgo residirá em seus domínios na Áustria e em outros Estados europeus, pois o Império como tal perderá gradualmente sua importância política.

Os novos Estados — Paralelamente a todos esses fatos, que caracterizam a linha principal dos acontecimentos políticos da Europa feudal, dá-se a estruturação de novos Estados, originalmente fora do âmbito geográfico da civilização européia. Esses novos Estados surgem da absorção, por povos cujo estágio de evolução ainda é o da agricultura clânica ou mesmo comunitária, de elementos e formas da cultura feudal européia. Dá-se assim o estabelecimento de monarquias antes que a evolução interna desses povos o exigisse. Essa superposição de uma superestrutura avançada sobre uma base atrasada faz com que o feudalismo demore a aparecer, e quando o fizer será sob formas bem diferentes daquelas que predominaram na Europa Ocidental.

É curioso observar que a tentativa de organizar monarquias centralizadas na Europa Ocidental, no início da Idade Média, fracassa por falta

de correspondência na base econômica, sendo que essas monarquias somente conseguem consolidar-se séculos depois, quando a base econômica já evoluiu o suficiente. Nos Estados de criação posterior o mesmo fenômeno tende a ocorrer, mas, quando ocorre, esses Estados já estão tão intimamente ligados à cultura Ocidental, onde as monarquias centralizadas já são então uma realidade, que seu feudalismo não encontra forças suficientes para moldar a sociedade inteiramente de acordo com suas exigências.

O primeiro desses reinos é o da Morávia, fundado no século IX, e cuja duração é efêmera, sendo logo substituído pelo dos tchecos, a Boêmia, cuja organização data dos primeiros anos do século X, sob a dinastia dos *Premisl*. Apesar dessa dinastia manter-se no poder até o século XIV, desde o século XI o país passou a pertencer ao Império, do qual foi um dos Estados mais importantes.

No final do século IX, um povo de origem fino-úgrica, os magiares, penetrou na grande planície do Danúbio Médio, conquistando-a inteiramente e às regiões montanhosas circundantes. Um século depois, sob a dinastia *Arpad*, esse povo foi organizado em Estado — a Hungria.

Enquanto isso, e já desde o século VII, os búlgaros haviam unificado os povos eslavos ao sul do Baixo Danúbio, formando um Estado que chegou a ameaçar seriamente o Império Bizantino. A consolidação final desse Estado deu-se no início do século X, e a sua evolução está ligada à da civilização bizantina. Dele separou-se, no século XI, o Estado sérvio.

Ainda no século X consolidou-se a unidade das tribos eslavas situadas entre o Oder e o Vístula, formando-se o Estado polonês, sob a dinastia *Piast*.

Os vikings — No século VII iniciou-se a expansão *viking*, que terá enorme influência na evolução posterior das regiões periféricas da civilização européia, além de deixar sua marca nos principais Estados europeus, principalmente na França.

Os povos germânicos estabelecidos na Península Escandinava e nas terras da atual Dinamarca mantiveram desde cedo contatos comerciais regulares com a Europa Ocidental, principalmente por intermédio dos frisios, povo que havia ocupado as costas do mar do Norte e ilhas adjacentes, entre a foz do Reno e a do Weser. Com a sujeição dos frisios aos francos, no século VII, criou-se um vazio nas rotas comerciais nórdicas, logo preenchido pelos próprios escandinavos.

Os três povos escandinavos que dariam origem à expansão *viking* eram os noruegueses, os daneses e os suecos. Estavam ainda no estágio

da agricultura comunitária, passando para a clânica, e seu interesse pelo mar decorria das parcas condições de expansão agrícola de suas terras. Primeiro como pescadores, depois como mercadores, e finalmente como piratas e saqueadores, aperfeiçoaram as técnicas de construção naval e náuticas para além do nível então predominante na Europa Ocidental. As lutas políticas entre seus diversos clãs e a escassez de terras para alimentar a população, assim como a procura de um aumento do excedente econômico pela apropriação do gerado por outros povos, levou-os à expansão. Sua total superioridade naval e extrema mobilidade transformaram-nos no terror das populações litorâneas de toda a Europa. Seus ataques foram até a Sicília, pelo Ocidente, e Constantinopla pelo Oriente; navegavam com igual desembaraço pelos rios, tendo chegado a atacar Basileia, subindo o Reno, e Paris, pelo Sena.

A expansão *viking* seguiu três direções distintas, nitidamente separadas quanto a suas origens e conseqüências. A principal, danesa e norueguesa, dirigiu-se para o sul, rumo ao coração da Europa civilizada. Os daneses fizeram excursões às costas irlandesas já no século VII, iniciando-as contra as costas inglesas no século seguinte. Seu ataque à Grã-Bretanha foi uma verdadeira invasão, levando de roldão os pequenos reinos anglo-saxônicos com exceção do Wessex, cujo rei, Alfredo, uniu os remanescentes dos demais e comandou a resistência.

Enquanto isso, e possivelmente com a mesma origem, outros grupos atacavam todo o litoral franco, estabelecendo-se finalmente nas terras entre a foz do Sena e a península de Cotentin, que devido a isso passou a chamar-se Normandia, terra dos *norman*, homem do norte, como eram conhecidos na Europa. Em 911 o chefe normando, Rollo, aceitou subordinar-se ao reino franco, obtendo deste o reconhecimento de sua ocupação.

Uma vez estabelecidos, os normandos absorveram rapidamente a cultura francesa. Em 1066 o então duque Guilherme, o Conquistador, levou-os a conquistar a Inglaterra, de onde os daneses já estavam praticamente desaparecidos, expulsos ou assimilados. Em 1060 os normandos iniciaram também a conquista da Sicília, que permaneceu sob seu domínio por cerca de dois séculos. A conquista normanda da Inglaterra teve profundas conseqüências, não apenas por levar à unificação do país e ao estabelecimento do feudalismo sobre a agricultura comunitária anglo-saxônica, mas também por lançar as bases das lutas dinásticas entre esse país e a França, que duraram até o século XV, enfraquecendo este último país e permitindo a supremacia do Império em todo o período.

A segunda direção foi para o oeste, e neste caminho os *vikings* noruegueses entraram em contato com regiões situadas muito além dos

limites do mundo conhecido por qualquer das civilizações de até então. Lançando-se através do Atlântico, os noruegueses estabeleceram colônias de povoamento, primeiro nas ilhas Faroê e, logo após, na Islândia, na segunda metade do século IX. Estas terras já eram conhecidas dos irlandeses, existindo nelas pequenas comunidades de eremitas. No século X a expansão continuou com o descobrimento e a colonização do extremo meridional da Groenlândia, de onde, no início do século seguinte, os *vikings* alcançaram as costas do Labrador, a Terranova e as terras do estuário do São Lourenço. Os nativos encontrados nestas regiões impediram sua colonização permanente, mas tudo indica que foram visitadas regularmente até o século XIV, sendo possível que as explorações *vikings* tenham penetrado mais para o sul e o oeste. Nesse século, com o abandono da Groenlândia, romperam-se os contatos com as terras americanas.

A terceira direção foi rumo a leste. Aqui predominaram os suecos, que foram lentamente explorando o Báltico e os principais rios navegáveis que nele desembocam. Foi através desses rios que os *vikings* foram chegar a Constantinopla, pondo cerco à cidade no século IX, lançando as bases de vários Estados ao longo da rota por eles seguida.

Os diversos rios da Rússia vinham de há muito sendo usados por um comércio irregular, cujo centro era Constantinopla, cabendo aos *vikings* consolidar a principal das rotas desse comércio, ligando por navio o Báltico ao Negro. A rota começa na desembocadura do Neva, no golfo da Finlândia; subindo-se o rio chega-se ao lago Ládoga, no qual desemboca o rio Volkhov, servindo de desaguadouro ao lago Ilmen. Deste lago sobe-se o rio Lovat, também na direção sul, que é navegável até perto de suas nascentes. A partir do ponto onde cessa a navegabilidade do Lovat os navios *vikings* eram transportados por terra, sobre troncos roliços, até serem jogados nas águas de um dos três grandes rios que nascem próximos um ao outro no planalto de Valdai: o Dvina, que vai de volta ao Báltico; o Volga, que vai dar no Cáspio; e o Dnieper, que desemboca no mar Negro.

Em torno da cidade de Kiev, sobre o Dnieper, surge o primeiro Estado russo, o Ducado de Kiev, cuja consolidação deu-se no século X. Em Novgorod, no lago Ilmen, surge outro Estado, que no século XIII suplantou Kiev, Vladimir, Suzdal e outros ducados menores, até ser por sua vez suplantado por Moscou, no século XIV. O desenvolvimento de toda essa região foi muito prejudicado pelas invasões mongólicas, no século XIII e pelo desaparecimento da civilização bizantina. Logo nos primeiros séculos os *vikings* desapareceram, misturados com a população eslava, mas os primeiros Estados suecos, principalmente o da ilha de Gotland,

no Báltico, manteve relações comerciais com todos os povos das rotas por eles abertas.

A partir do século XIII os povos escandinavos já estavam também civilizados e organizados em Estados monárquicos, dos quais a Dinamarca e a Suécia eram os mais importantes.

A maior contribuição *viking* à civilização foi a abertura de rotas comerciais, que a princípio tiveram pequena utilização, mas que virão a desempenhar papel preponderante quando, pouco a pouco, o comércio europeu for ressurgindo.

Características econômicas e sociais

Antes de iniciarmos a análise das principais características econômicas e sociais da Europa feudal, devemos ter em mente dois aspectos importantes. Em primeiro lugar, as formas tomadas pelo feudalismo, quer na regulamentação das relações entre as pessoas, quer na organização da superestrutura política, não foram em absoluto uniformes, variando de lugar para lugar e de época para época. Em segundo lugar, e isso já foi mencionado, o feudalismo não se estabeleceu de início em toda a Europa, permanecendo certas regiões em estágios anteriores. Nestas regiões o feudalismo somente surgiu com o passar dos séculos, quer pela própria evolução das forças produtivas locais, quer por absorção ou imposição de elementos culturais externos.

A característica principal do estágio feudal é o predomínio das relações de produção servis. Vimos que esses tipos de relações de produção sucederam, no sentido ascendente, às relações clônicas, antecedendo e ao mesmo tempo compondo a base das relações de produção das civilizações agrícolas centralizadas. Vimos também que estas últimas nada mais eram do que a estrutura feudal unificada ao nível de Estado.

Sabemos que o feudalismo não surgiu na Europa Ocidental seguindo essa linha evolutiva, que podemos chamar de normal, mas sim em decorrência da decadência de uma civilização que se encontrava em estágio mais avançado: a civilização escravagista de Roma. A decadência da base econômica provocou uma regressão da estrutura social a níveis anteriores, mas a sociedade que assim retrocede traz consigo, principalmente na superestrutura, muitos elementos do estágio avançado anterior. Este fato torna o feudalismo europeu um fenômeno específico, com características formais próprias.

Essa diferenciação dos aspectos formais do feudalismo europeu, devida ao fato de ter surgido da regressão de uma sociedade escravagista,

torna-o inconfundível com aqueles que surgiram por evolução normal de estágios anteriores ou por regressão de civilizações agrícolas centralizadas.

Parece, por outro lado, ocioso dizer que o feudalismo é um estágio de evolução de uma sociedade predominantemente agrícola. Corresponde a um nível de evolução das forças produtivas em que a maior parte da população tem de trabalhar no campo, para alimentar-se e para produzir um pequeno excedente de alimentos, que por ser pequeno não permite o desenvolvimento de atividades que não sejam agrícolas.

Feitas essas considerações preliminares, passemos à análise da economia da Europa feudal.

Ao longo da Idade Média a população total da Europa, que se reduzira a menos de vinte milhões de habitantes com a desagregação da civilização romana, voltou a crescer lentamente, aproximando-se dos cem milhões ao iniciar-se o século XIV. Uma grande epidemia de peste bubônica, vinda da Ásia, e conhecida como Peste Negra, assolou o continente em meados do século XIV, matando cerca de um quarto da população, fazendo com que somente no século XVI esta voltasse a atingir os cem milhões.

O campo — A base dessa população era formada por camponeses, em sua grande maioria servos. Até o século XIV mais de 90% da população vivia no campo, e os senhores formavam uma minoria insignificante em termos numéricos.

Os camponeses servos viviam em feudos, aos quais pertenciam. Moravam em choças, geralmente agrupadas em aldeias. A terra e os servos pertenciam ao senhor, cuja residência era geralmente de pedra, fosse uma simples mansão ou um grande castelo. Havia senhores que possuíam mais de um feudo, sendo que alguns possuíam centenas deles, nem sempre contíguos.

Das terras do feudo, sempre uma parte, geralmente um terço, formava os *domínios* do senhor, isto é, o produto dessas terras era totalmente seu, enquanto das outras podia receber apenas uma parcela, que podia variar entre um terço e um décimo, conforme a região e a época.

Os campos de pasto, bosques, aguadas, pântanos e outras terras incultas ficavam geralmente fora dos domínios do senhor, podendo ser utilizados por todos os camponeses.

As terras cultivadas pelos camponeses para si, assim como as que cultivavam para o senhor, eram plantadas em faixas alternadas, o que permitia a rotação das culturas, favorecendo maior rendimento. Anualmente

uma das faixas era deixada em pousio, para descanso e recuperação do solo.

Cada família camponesa trabalhava duas ou três faixas, geralmente não contíguas, das terras da aldeia, devendo além disso prestar trabalho gratuito nos domínios do senhor. Esta obrigação, a *corvéia*, era uma das características básicas do sistema, variando suas formas no espaço e no tempo, mas existindo sempre.

Tanto a corvéia como as demais inúmeras obrigações que os servos tinham em relação ao senhor, e que iam desde os pagamentos em espécie sobre a sua produção até a prestação de serviços pessoais, tanto domésticos quanto militares, incluindo obrigações tais como a de somente poder moer seus cereais no moinho do senhor, pagando obviamente uma pequena taxa, eram decorrência do regime de propriedade feudal, e estavam a ele indissoluvelmente ligadas.

A força dos laços feudais pôde ser melhor compreendida pelo fato dos servos não poderem, sob pena de busca e prisão, ausentarem-se das terras do senhor sem licença, nem mudarem-se delas.

Os graus de servição variavam muito. Havia servos que pertenciam pessoalmente ao senhor, principalmente os que trabalhavam permanentemente em seus domínios, sendo por ele mantidos com alimento e alojamento; desses pode seguir-se por uma escala contínua de vínculos cada vez menores, até chegar-se a certos arrendatários cuja única obrigação era o pagamento de uma taxa fixa anual.

Os servos podiam comprar sua libertação, e alguns o faziam mesmo no apogeu do sistema. Seu número era naturalmente limitado pela dificuldade que tinham de obter renda monetária numa economia tipicamente de subsistência. Somente quando o comércio foi gradativamente ressurgindo é que essa forma de libertação tornou-se mais acessível, ainda que apenas para uma minoria.

Além das terras dos senhores havia as terras pertencentes aos reis e à Igreja. Em ambas o sistema era o mesmo. Por intermédio de suas ordens monásticas ou de sua estrutura jurídica regular, a Igreja era o maior senhor de terras da Europa.

Toda essa enorme massa camponesa servil, como já vimos, produzia principalmente para o próprio sustento, entregando seus excedentes aos senhores, restando apenas uma ínfima parcela para ser vendida nos pequenos mercados ou feiras das aldeias maiores.

Os cereais predominavam, o trigo e o centeio para a alimentação e a cevada para o fabrico de cerveja. Em certas regiões cultivava-se a

videira, utilizando-se as uvas principalmente para a fabricação de vinhos. O linho era produzido para fornecer fibras para o fabrico de panos e roupas, criando-se ovelhas com a mesma finalidade. Porcos e galinhas serviam para a alimentação local, mas a criação bovina era limitada, principalmente nas regiões de clima mais frio, pela impossibilidade de obtenção de forragens nos longos invernos. A criação de cavalos era de grande importância, pois estes animais desempenhavam papel fundamental, quer como meio de transporte, quer como animais de tiro, quer nas atividades guerreiras ou esportivas da classe dominante. Esses os principais produtos da agricultura feudal, sendo que legumes, hortaliças e frutas eram largamente utilizados na alimentação local.

A maior parte dos artigos manufaturados consumidos nos feudos era produzida localmente, quer na própria casa senhorial, quer pelos camponeses, que utilizavam para isso os meses de inverno, quer por artífices das aldeias. A demanda de produtos vindos de fora era mínima, e limitada quase exclusivamente a artigos suntuários para o consumo dos senhores.

Por sobre essa enorme base camponesa erguia-se uma complexa pirâmide social cujos componentes viviam do excedente apropriado pela classe dos senhores.

O senhor de um feudo era geralmente vassalo de outro; este muitas vezes de outro ainda, até chegar-se ao rei, que era, em última análise, o senhor supremo de todas as terras. Em muitos casos alguns dos vassallos do rei possuíam mais terras e eram mais ricos e poderosos do que ele, sendo caso típico o dos duques da Borgonha em relação aos reis franceses nos séculos XIII e XIV, mas mesmo nesses casos o poder nominal permanecia ainda nas mãos reais. Toda essa estrutura estava ligada por uma teia de obrigações mútuas, que iam desde a resposta ao chamado às armas, com um número determinado de homens equipados, até o pagamento de taxas variadas. A posição da Igreja e suas relações como proprietária, quer com os reis, quer com os outros senhores, obedecia a regras específicas, sendo que, além de apropriar-se do excedente gerado por seus próprios servos, recebia doações, muitas das quais obrigatórias, de todos os senhores.

Toda essa superestrutura exigia uma complexa máquina administrativa e judiciária, composta por milhares de pessoas, vinculadas quer aos senhores feudais quer às cortes reais. Tanto a administração quanto a aplicação da justiça ao nível das aldeias estava geralmente sob a direção dos senhores, sendo poucas as funções nelas exercidas por representantes diretos dos reis.

As cidades — A vida urbana era limitada. A Europa feudal não possuiu grandes cidades, com população alcançando a casa do milhão de habitantes, tais como as que encontramos nas civilizações comerciais, nem uma demanda para artigos manufaturados nem uma administração pública suficientemente grandes para justificar essas grandes aglomerações urbanas.

As maiores cidades da Idade Média foram aquelas onde estava sediada a administração religiosa, principalmente as sedes de bispados, ou as capitais permanentes de reinos. Referimo-nos a capitais permanentes pelo fato de que, durante quase todo o período, ter sido habitual às cortes mudar-se freqüentemente de local. Somente aos poucos é que as cidades comerciais iriam começar a desenvolver-se.

Até o século XV poucas cidades européias ultrapassavam os cem mil habitantes, e eram em sua maioria centros comerciais italianos. A maior cidade nos séculos anteriores foi certamente Paris, que no século XIII alcançava cerca de duzentos mil.

Nas cidades localizava-se a produção de manufaturas, principalmente as destinadas ao próprio consumo urbano ou ao consumo suntuário dos senhores de terra. O mercado para esses produtos era inicialmente muito limitado, vindo a crescer ao longo do tempo.

O que caracteriza a época feudal na produção manufatureira, tal como o feudo a caracteriza na produção agrícola, é o sistema das corporações, também chamados grêmios ou guildas.

A produção era realizada em pequenas oficinas artesanais, sob o comando de um artífice experimentado. Este era o mestre, que era ajudado por aprendizes ou por jornaleiros, ou por ambos. O aprendiz levava um número grande de anos aprendendo seu ofício, podendo estabelecer sua própria oficina ao completar o aprendizado. Se não tinha recursos para isso podia trabalhar como jornaleiro, até ganhar o necessário. Nas oficinas maiores, que inicialmente eram poucas, surgem diversas graduações de mestres, aprendizes e jornaleiros, surgindo também o oficial, auxiliar do mestre, para a direção dos trabalhos ou para a execução de tarefas especiais.

A principal característica desse tipo de organização da produção era a propriedade dos meios de produção ser dos que os utilizavam. Cada mestre, aprendiz ou jornaleiro era dono de seus instrumentos de trabalho, da matéria-prima sobre a qual trabalhava e do produto final que oferecia à venda.

As corporações eram associações livremente formadas pelas oficinas de um mesmo ramo em uma cidade ou vila. Havia corporações de te-

celões e de curtidores, de tanoeiros e alfaiates, de sapateiros, de armeiros, de entalhadores e de carpinteiros, e assim por diante, variando o número com a importância da cidade.

As corporações eram administradas por dirigentes eleitos por todos os que trabalhavam nesse ramo ou ofício, inclusive os jornaleiros, ainda que mais tarde isso tenha mudado.

Sua principal função era defender os interesses dos produtores. Nenhuma oficina podia ser montada sem sua autorização e somente seus membros tinham direito a produzir e vender na sua cidade. Regulava os preços e o valor das jornadas, além de fiscalizar a qualidade dos produtos.

A posição das corporações era monopolística, sendo que uma de suas maiores preocupações era a exclusão tanto de produtos quanto de produtores estrangeiros do mercado por elas controlados. Em algumas cidades tiveram grande importância como fatores de influência política, principalmente nas lutas pela autonomia urbana contra os senhores de terra.

Modificações — Corporações nas cidades e vilas, feudos nos campos, esse o quadro básico do feudalismo europeu. Mas esse quadro nunca foi estático. Lentamente no início, e depois cada vez mais depressa, grandes mudanças foram ocorrendo, variando a intensidade com a época e o lugar. As modificações ocorridas durante a Idade Média nas atividades urbanas, com o constante crescimento do comércio, serão analisadas no próximo capítulo; neste verificaremos apenas as principais modificações surgidas no setor agrícola.

Como em toda economia cuja base é a agricultura, o dinamismo tem sua origem na necessidade de cultivar mais terras para poder alimentar uma população crescente. A ascensão da população começa a acelerar-se a partir do século X, com o que se inicia a ocupação das terras ainda incultas situadas dentro dos limites geográficos das regiões já ocupadas. Grandes extensões de florestas, matas, campos e, em certos casos, pântanos ou terras arenosas, estes exigindo investimentos maiores para poderem entrar em produção, situadas entre os núcleos habitados, começam a ser ocupadas. São terras que já pertencem a alguém, muitas vezes ao mesmo senhor de onde vêm os novos ocupantes. Sua ocupação dá-se, portanto, dentro das relações servis, mas com grandes diferenças.

Para atrair camponeses reduz-se a carga de obrigações, assegurando-se a transmissão por herança do direito de cultivar o solo. A corvéia e os outros serviços pessoais quase desaparecem e os pagamentos são

reduzidos. As aldeias assim formadas são conhecidas como *vilasnovas* e surgem com crescente frequência nos séculos XII e XIII.

Sistema semelhante é utilizado para a colonização de novas terras situadas fora do âmbito geográfico até então ocupado. Esta colonização é feita principalmente por camponeses alemães, levando gradativamente à ocupação das terras à margem direita do Elba e do Saale. O movimento migratório é mais intenso nos séculos XII e XIII, ainda que venha a manter-se por muito mais tempo. Data dessa fase a ocupação por povos germânicos das terras antes eslavas, entre o Elba e o Oder, e além deste; dos montes que circundam a Boêmia; e de certas regiões da planície húngara e da Transilvânia.

Ao encerrar-se o século XIV essa válvula de escape para o alívio da pressão demográfica já estava praticamente fechada. Dada a evolução das forças produtivas na Europa feudal este era o momento em que a base econômica começava a criar condições para a unificação política, dentro da dinâmica que já analisamos. Isso não ocorre pelo fato de que um outro fenômeno havia aliviado temporariamente a pressão demográfica — a Peste Negra, já mencionada, e que atingira seu apogeu entre 1348 e 1350, matando cerca de 25 milhões de pessoas.

Mas o principal impacto da mortalidade causada pela Peste Negra deu-se nas relações de trabalho da agricultura feudal. Houve uma redução da quantidade de mão-de-obra disponível, com o que os servos e outros tipos de trabalhadores puderam pressionar para a obtenção de melhores condições de trabalho e maior remuneração. Os senhores, por sua vez, recusaram-se a aceitar essas reivindicações, tentando, pelo contrário, continuar a extrair o mesmo excedente que obtinham antes. Como a população diminuía, isto significava mais trabalho para cada um dos que haviam escapado. Essa reação dos senhores levou-os, em muitos casos, a reduzir as vantagens de tratamento que haviam sido dadas aos colonos das terras de recente ocupação.

O resultado foi o que se poderia esperar. Estouraram revoltas camponesas em quase toda a Europa, principalmente na França e na Inglaterra. Essas revoltas assinalam a segunda metade do século XIV, caracterizando-se, na maioria dos casos, por sua ideologia nitidamente religiosa. Os chefes das revoltas camponesas pregavam o retorno do Cristianismo a seus ideais originais de pobreza e sacrifício, condenando a Igreja, ao mesmo tempo que condenavam e combatiam os nobres. O tom religioso desses movimentos pode ser facilmente compreendido se nos lembrarmos que a Igreja era o maior de todos os senhores feudais, sendo, portanto, sócia dos nobres na exploração dos camponeses.

De todas essas revoltas as mais importantes foram a chamada *Jacqueria*, irrompida na França em 1357, e a inglesa, chefiada por John Ball, em 1381. Mal orientadas e pouco preparadas, foram reprimidas com relativa facilidade e com extrema violência, ainda que, em função de realidade econômica, mais forte que qualquer repressão, as condições de vida dos camponeses viessem a sofrer melhoras pequenas, mas significativas.

Evolução do comércio medieval

Vimos como o feudalismo europeu foi o produto do retrocesso da base econômica, partindo de um estágio avançado, o comercial, para um mais atrasado, o da agricultura de subsistência em seu estágio feudal. Vimos também como, em seu início, o feudalismo foi produto, e ao mesmo tempo acelerador, da desagregação das relações comerciais que caracterizavam a civilização precedente. Apesar de tudo isso o comércio nunca chegou a desaparecer inteiramente, em parte porque o estágio de agricultura feudal, por si mesmo, exige alguma atividade comercial, ainda que marginal, mas também porque certos hábitos de consumo não desapareceram, porque alguns produtos da Europa Ocidental continuaram a ser demandados pelos mercados externos tradicionais e porque as rotas de comércio, quer terrestres, quer marítimas, permaneceram abertas em função desse interesse mútuo.

À medida que a economia feudal prosperava, aumentando a população, aumentava também o excedente econômico apropriado pela classe dos senhores de terra. Enquanto a renda destes aumentava, seus hábitos de consumo tornavam-se mais variados, exigindo quantidades cada vez maiores de um número crescente de artigos suntuários. Dessa forma o próprio sucesso da economia feudal estimulou o ressurgimento do comércio. Este, por sua vez, estimulou a concentração urbana, criando novos mercados igualmente crescentes nas cidades, quer para alimentos, quer para produtos manufaturados, aumentando também o mercado para artigos de consumo suntuário à medida que os comerciantes enriquecidos copiavam os hábitos da nobreza.

Foi um processo lento, ainda que mais rápido do que aqueles que haviam levado à formação de civilizações comerciais anteriores, pois a economia feudal européia partia de uma base mais avançada, devido a suas origens. Vamos analisar aqui sua evolução interna, isto é, o comércio entre as diversas regiões dentro do âmbito da civilização européia. No próximo capítulo veremos seu desenvolvimento no contato com outras civilizações.

Nos primeiros séculos do feudalismo os elementos característicos do comércio são as feiras locais e os mercadores ambulantes. A maior parte da produção é consumida dentro dos feudos onde é produzida. Somente em circunstâncias excepcionais, como no caso de escassez produzida por más colheitas, quando os senhores mandavam seus servos comprar o excedente de outros feudos mais afortunados, ou de grandes excedentes imprevistos, quando se procurava colocar em outras regiões as sobras do consumo e da capacidade de armazenamento do feudo, é que os feudos dependiam das atividades comerciais. As pequenas cidades e vilas eram, por sua vez, abastecidas pelos produtores vizinhos, que iam até elas e vendiam diretamente aos consumidores.

Nessa época apenas uns poucos produtos ficavam fora da capacidade dos feudos em se auto-abastecerem. Entre esses merecem destaque o sal, os metais, o peixe, e alguns artigos manufaturados. Por outro lado, certas regiões européias produziam constantemente excedentes de certos produtos agrícolas, ou os produziam com determinadas condições de qualidade, de modo que nelas havia sempre a possibilidade de comprar alguma coisa, ou sempre uma demanda certa pelo produto desta ou daquela região. Neste último caso encontram-se os diversos tipos de vinhos que dariam fama a determinadas áreas da Europa.

As feiras locais eram acontecimentos freqüentes, realizados com certa regularidade nas vilas e pequenas cidades de toda a Europa. Os próprios agricultores traziam para elas os produtos de suas terras e os artesãos os de seus artesanatos. Os artigos eram expostos ao público na praça do lugar, às vezes em barracas, e grande parte das trocas era feita, pelo menos nos primeiros séculos, sem a intermediação da moeda. Às feiras acorriam produtores das áreas próximas, daí sua caracterização local, e nelas os servos vendiam, compravam ou trocavam tanto para si como para seus senhores.

O mercador ambulante era um indivíduo que, sozinho ou com alguns auxiliares, a pé ou com animais, ou mesmo carroças, ia de feira em feira, comprando em uma, para vender em outra. Por muito tempo esses mercadores foram os principais elos da tênue rede comercial que cobria com suas malhas toda a superfície da Europa feudal.

Com o tempo certas modificações foram sendo introduzidas nesse quadro inicial. Alguns ambulantes passaram a especializar-se em produtos de venda segura, como o sal e os vinhos e em vez de comprarem em uma feira local para vender em outra, iam apenas vendendo, voltando depois ao ponto inicial para refazer o estoque. Este tipo de mercador necessitava de meios de transporte adequados às grandes cargas que tinha

de transportar. Para muitos lugares o acesso só era possível por terra e nesses casos passou-se a empregar grandes carroções, puxados por muitos cavalos, ou grandes tropas de animais de carga. Mas as estradas eram péssimas, sem conservação adequada, com poucas pontes e sujeitas a ataques de salteadores, além do que cada senhor, por cujo feudo a estrada passava, cobrava por seu uso taxas variáveis, às vezes exorbitantes, conhecidas como *pedágio* ou *portagem*, que encareciam as mercadorias por elas transportadas.

As dificuldades do transporte por terra estimularam a utilização das vias fluviais, o que era facilitado pelo fato de a maior parte da população viver próxima aos rios, sobre os quais estava também a maioria das cidades. Já no século X os rios transportavam maior volume de cargas que as estradas. A crescente importância do tráfego fluvial exigiu uma correspondente evolução das forças produtivas — aperfeiçoou-se a técnica de construção de barcos e barcaças, cais e desembarcadouros foram construídos e aparelhados; a partir do século XII iniciou-se a construção de canais de navegação, ligando uns rios com os outros, introduzindo-se também a construção de comportas e planos inclinados para superar desníveis. O transporte fluvial também era onerado por taxas, mas aqui elas eram empregadas como fonte de recursos para a construção e conservação dos equipamentos e obras necessárias à navegação, coisa que raramente ocorria com as taxas pagas pelo direito de transitar nas estradas dos feudos.

A especialização dos mercadores ambulantes e seu enriquecimento trouxe outras modificações à sistemática do comércio europeu. As feiras locais permanecerão, assim como os pequenos ambulantes, mas seu papel será cada vez mais limitado ao comércio varejista, de atendimento direto ao consumidor. O grosso das atividades comerciais passará para as mãos dos grandes mercadores atacadistas, especializados em determinados produtos e controlando determinadas regiões. Estes mercadores ainda acompanham suas mercadorias, mas já possuem representantes nas principais praças, com os quais mantêm correspondência regular e para os quais enviam produtos utilizando seus próprios meios de transporte ou, o que será cada vez mais freqüente, contratando serviços de transportadores independentes.

Nos pontos de encontro das principais rotas utilizadas por estes grandes mercadores surgem as *mundinae*, ou grandes feiras, que caracterizarão o comércio europeu nos séculos XII e XIII.

São muito pequenas as semelhanças entre as grandes feiras e as feiras locais. Estas são o ponto de encontro entre consumidores e produtores, predominantemente varejistas, têm pequeno raio de ação, realizam-se com

freqüência, sendo em sua maioria semanais e duram geralmente apenas um dia. As grandes feiras são o ponto de encontro de grandes mercadores, negociam principalmente no atacado, seu raio de ação cobre, em certos casos, toda a Europa Ocidental, realizam-se uma, no máximo duas vezes por ano e sua duração é de até seis semanas.

A mais antiga das grandes feiras é a de Saint-Denis, próximo a Paris, datando do século IX, mas elas somente começam a desenvolver-se três séculos depois, quando passam a ser realizadas nas principais cidades e vilas em locais estrategicamente situados em relação às principais rotas comerciais que ligam as diversas partes do continente, cabendo o primeiro lugar às da região francesa da Champanha.

Em relação aos fluxos comerciais da época a posição da Champanha era privilegiada. Situa-se numa planície cortada de rios navegáveis, logo a leste de Paris. Pelo Sena e seus afluentes, o Aube e o Marne, comunica-se com Paris e com a costa do Atlântico; pelo Mosa e pelas estradas da Picardia liga-se a Flandres, centro da produção de tecidos e o Mar do Norte; a leste encontra-se o Mosela, afluente do Reno, e mais adiante o próprio Reno, por onde se alcança não apenas o Mar do Norte como as diversas regiões alemãs; ao sudoeste o Loire liga-se com o Atlântico; enquanto para o sul, quer pelo Ródano, quer pelos passos alpinos, comunica-se com o Mediterrâneo e a Itália.

Durante mais de dois séculos os grandes mercadores da Europa vinham regularmente às grandes feiras realizadas todos os anos nas principais cidades da Champanha, uma depois da outra. A principal era a de Troyes, realizada duas vezes por ano, mas outras eram igualmente importantes, tais como as de Provins, Lagny, Bar-sur-Aube, Chalons-sur-Marne e outras menores.

Estas feiras eram o ponto onde os produtos provenientes do sul da Europa e do comércio da bacia do Mediterrâneo eram trocados pelos do norte da Europa e do comércio do Báltico. Grandes mercadores de cidades distantes mantinham representações permanentes em cidades como Troyes e Provins.

As grandes feiras representavam papel tão importante para as regiões onde se realizavam que os senhores feudais concediam vantagens especiais para sua localização, reduzindo certas taxas e abolindo outras. Possuíam legislação própria e das taxas pagas pelos mercadores obtinham-se recursos para a manutenção de serviços destinados a atendê-los. Muitos mercadores mantinham, nas cidades onde se realizavam as grandes feiras, estoques constantes de seus produtos.

A magnitude do comércio realizado nas grandes feiras estimulou o desenvolvimento do crédito e de seus instrumentos. Muitas vendas eram feitas a prazo, contra títulos resgatáveis na feira do ano seguinte e muitos desses títulos passaram a ser negociados e compensados, principalmente nas feiras da Champanha.

A partir do século XIV as grandes feiras começam a decair. O crescimento do comércio foi tornando cada vez menos econômico transportar grandes cargas para um determinado lugar, apenas para expô-las. As feiras passaram a servir somente para a exposição de amostras, sobre as quais faziam-se as encomendas, enviadas então diretamente ao comprador. A melhoria dos meios de comunicação e transporte, assim como a ampliação da área de ação dos grandes comerciantes, tornaram desnecessária e inviável sua presença física no local onde os negócios eram feitos. Não precisando mais acompanhar suas mercadorias, o comerciante torna-se sedentário, passando a negociar por correspondência por intermédio de uma rede de agentes e representantes. Com isso as grandes feiras foram pouco a pouco decaindo e, apesar de sobreviverem ainda por alguns séculos, principalmente em regiões menos desenvolvidas da Europa, a partir de então, passam a desempenhar um papel secundário na evolução comercial européia.

RESUMO

1. O feudalismo europeu inicia-se com as invasões bárbaras, que aceleram a desagregação da economia romana.
2. Com a redução da demanda global toda a economia se contrai, a produção para o mercado é substituída pela produção para a subsistência, as cidades perdem importância e sua população se reduz.
3. A classe dos senhores feudais será formada pelos chefes bárbaros invasores ou evoluirá de bases locais, sendo que a Igreja será um grande senhor de terras.
4. A estrutura feudal começa a consolidar-se no século VI, junto com os estados germânicos.
5. O feudalismo europeu é contemporâneo do Império Bizantino, da civilização árabe e de várias civilizações asiáticas, como a dos cholas, na Índia, as dinastias *Song* e *Yuan*, na China e o período inicial da evolução japonesa.

6. O primeiro reino feudal a consolidar-se foi o dos francos. No século IX seu rei é coroado pelo papa imperador de uma nova entidade política: o Santo Império Romano-Germânico.
7. Em meados desse século o Império divide-se, com a França formando um Estado separado.
8. Até o final da época feudal o principal conflito político da Europa será entre a França e o Império e de ambos com o papado.
9. A partir do século IX novos Estados são fundados, por povos em estágios pré-feudais, na periferia oriental e setentrional do âmbito geográfico da Europa feudal. Alguns desses Estados são decorrentes da expansão dos *vikings*.
10. As principais características da economia feudal no campo são a servidão, com seus diversos graus, e a auto-suficiência dos feudos.
11. As principais características da economia feudal nas cidades são as corporações de artífices, os grêmios, e o fato de seus membros serem proprietários dos meios de produção que empregam.
12. A partir do século X o crescimento da população leva à expansão da área ocupada pela agricultura feudal. Parte dessa expansão é feita pelo adensamento das regiões já ocupadas, parte pela ocupação de novas regiões, principalmente a leste.
13. No século XIV a expansão geográfica já não era mais possível, mas a Peste Negra, matando cerca de um quarto da população européia, transfere o problema da pressão demográfica para o século seguinte, quando a população total volta a alcançar 100 milhões.
14. Com a desagregação da economia romana o comércio reduz-se muito, sem contudo desaparecer inteiramente.
15. Nos primeiros séculos do feudalismo predominam as feiras locais e os mercadores ambulantes.
16. Alguns mercadores ambulantes especializam-se em certos produtos.
17. A expansão comercial é feita sobretudo nas rotas fluviais, naturais ou artificiais.